

Senador enfático contra o extermínio Omar: “Tipifique o que é matar 30 mil inocentes em Gaza”

Lula reafirma: “O que Israel está fazendo não é guerra, é genocídio”

O senador Omar Aziz (PSD-AM) foi enfático na denúncia do crime realizado por Israel. “Tipifique o que é matar 30 mil inocentes – e quantos terroristas foram mortos com esses ataques? – e tirar 1 milhão de palestinos [da Faixa de Gaza] e dizer: vocês saiam daqui, vão para o gueto, saiam daqui, por-

que nós vamos atacar. Tipifique o que é isso?”, afirmou o senador, questionando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que (PSD-MG), que criticara Lula. O presidente Lula reafirmou a verdade que tanto incomodou alguns: “O que o governo de Israel está fazendo contra o povo palestino não é guerra, é genocídio”. **Pág. 3**



Marcos Oliveira - Senado

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.942 28 de Fevereiro a 5 de Março de 2024



“Os professores de São Paulo exigem reajuste salarial”, afirma Claudio Fonseca

Em campanha salarial, profissionais da educação municipal vão à assembleia geral no próximo dia 8 de março. Para o presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Cláudio Fonseca, é hora da Prefeitura abrir o diálogo com a categoria sobre a data base de 2024. **P. 5**

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Bolsonaro se complica ao admitir em ato conhecer minuta de golpe



AFP

Fila de crianças palestinas buscando comida em Rafah, na Faixa de Gaza, que está sob forte bombardeio

“O que vi em Gaza não foi guerra, foi aniquilação”, diz médico americano

Em depoimento publicado pelo principal jornal da costa oeste dos EUA, o Los Angeles Times, o médico norte-americano Irfan Galaria, que é cirurgião plástico e reconstutivo na Virgínia e que em janeiro foi a Gaza, como parte de um grupo voluntário da MedGlobal, disse que o que testemunhou durante dez dias no enclave sob ataque israelense “não foi guerra, foi aniquilação”. Ele realizou 10 a 12 cirurgias por dia, amputando braços e pernas usando uma serra do tempo da Guerra Civil norte-americana, e viu o inaudito sofrimento da população sob o bombardeio inclemente e fome. **Pág. 6**

A situação de Bolsonaro se complicou bastante após sua confissão de que tinha conhecimento da minuta do golpe, feita durante sua fala no ato de domingo (25), na Avenida Paulista. Foi uma prova produzida por ele contra ele mesmo. A Polícia tinha encontrado o documento, que detalhava a decretação do estado de defesa, a intervenção no TSE e a prisão de ministros do STF, na casa do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordem de Bolsonaro. Preocupado em não se incriminar ainda mais, Bolsonaro havia ficado calado em seu depoimento à Polícia Federal. Agora, não resistiu e falou demais. **Página 3**

Indústria começa o ano com queda na produção e no emprego, diz CNI

A produção e o emprego na indústria recuaram na passagem de dezembro para janeiro de 2024, segundo indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na quinta-feira (22). Estoques industriais apresentaram queda pelo terceiro mês seguido, segundo a Sondagem Industrial. Em janeiro, o indicador de evolução da produção industrial ficou em 48,4 pontos. **Pág. 2**

‘Sem defesa do mercado interno não há política industrial’

Afirmou Mercadante, presidente do BNDES. **Pág. 2**

Equilíbrio fiscal e juros, por Paulo Kliass

O economista Paulo Kliass, membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal, detona neste artigo que publicamos a seguir a hipocrisia dos rentistas e seus porta-vozes na mídia, que consideram a “gastança” com juros, que só em 2023 consumiu R\$ 718 bilhões do Orçamento – 22% mais do que no ano anterior – como intocável.

“O interessante é que as alternativas apresentadas pelos representantes do finacismo nos grandes meios de comunicação sempre começam pelo substantivo “gastança”. Os chamados “especialistas” sugerem que o governo corte drasticamente em programas de natureza social, mas não citam em nenhum momento o tipo de despesa que mais prejuízo provoca ao Brasil”, disse o autor.

Kliass classificou de completa inversão de valores o fato desse “impressionante volume de dinheiro público” ser “encaminhado diretamente para as camadas que menos necessitam justamente de ajuda do Estado. Trata-se, na verdade, de uma completa inversão de valores e de prioridades quanto ao desenho e à implementação de políticas públicas”, destacou o economista. Confira!

PAULO KLIASS

O Banco Central divulgou recentemente as informações oficiais relativas à política fiscal do governo brasileiro. Com o boletim de dezembro de 2023, torna-se possível a consolidação dos dados de todo o exercício passado. Os números tendem a confirmar, mais uma vez, a dominância da esfera financeira sobre todos os demais setores da atividade econômica. Esse processo de hegemonia do finacismo vem de muito tempo, mas a cada novo período a situação parece se aprofundar ainda mais.

Um dos principais problemas no debate envolvendo as políticas de austeridade fiscal diz respeito ao tratamento oferecido às despesas governamentais de natureza financeira. A orientação de conceder um enfoque diferenciado ao pagamento de juros da dívida pública, por exemplo, tem suas origens ainda na década de 1980, quando ocorria o processo de renegociação da dívida externa de boa parte dos países do então chamado Terceiro Mundo.

Naquele momento, com a transferência da responsabilidade da gestão do endividamento do mundo em desenvolvimento para o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e o Tesouro norte-americano, as regras passaram a compor aquilo que veio a ser conhecido como Consenso de Washington – em razão das sedes de tais instituições estarem localizadas na capital daquele país. E uma das inovações foi justamente a recomendação para que os países endividados colocassem a austeridade fiscal como elemento central em suas estratégias de ajuste macroeconômico. E assim foi feito. As elites do capital financeiro em nossas terras, passaram a encher a boca para que os sucessivos governos cumprissem com aquilo que chamavam de “dever de casa”.

DESPESA FINANCEIRA NÃO TEM TETO NEM LIMITE

Porém, e sempre tem um porém, o foco da ação da tecnocracia deveria ser apenas e tão somente sobre o conceito de “equilíbrio primário”. Como por primário entende-se o conjunto de despesas não-financeiras, a dedução lógica é que todo o esforço de compressão de gastos orçamentários deveria se concentrar sobre previdência social, saúde, educação, assistência social, segurança pública, saneamento, salários de servidores, investimentos, etc.

Assim, no que se refere ao pagamento de juros da dívida pública não deveria existir nenhum controle, teto, contingenciamento ou qualquer outro tipo de limitação. Afinal, como gostam de reafirmar a cada instante os “çabios” a serviço do finacismo, os contratos devem ser honrados (sic). Na verdade, entenda-se aqui apenas os contratos estabelecidos com a elite do capital, uma vez que os contratos socialmente estabelecidos na Constituição, ah esses não merecem nenhum tipo de rigor quanto ao seu cumprimento.

Confira a íntegra do artigo no site do HP: <https://horadopovo.com.br/equilibrio-fiscal-e-juros-por-paulo-kliass/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: horadopovo@ig.com.br

E-mail: inc24agosto@gmail.com

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovo@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 - Curitú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovo@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 - Curitú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Aloisyo Mercadante, presidente do BNDES: “Sem defesa do mercado interno não há política industrial no país”

Mercadante na posse de Ricardo Cappelli na presidência da ABDI

Sector acumula três meses seguidos de queda na produção (novembro a janeiro) Emprego e produção na indústria caem em janeiro, segundo pesquisa da CNI

A produção e o emprego na indústria recuaram na passagem de dezembro para janeiro de 2024, segundo indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na quinta-feira (22).

Em janeiro, o indicador de evolução da produção industrial ficou em 48,4 pontos. Com esse resultado abaixo da linha dos 50 pontos, o setor já acumula três meses seguidos de queda em sua produção (novembro a janeiro). No entanto, a entidade afirma que o recuo em janeiro é visto como normal para o período e que o recuo no mês ocorreu de forma mais branda do que historicamente ocorre.

O índice varia de zero a 100 pontos. Acima de 50 indica aumento na produção frente ao mês anterior. Do modo inverso, quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a variação de queda.

Já o índice que mede o emprego na Indústria fechou em 49,4 pontos, ficando também abaixo da linha dos 50 pontos. Desde janeiro de 2023, o índice de emprego vem ficando abaixo da divisão de 50 pontos.

No ano passado, a produção industrial geral conseguiu crescer 0,2% por conta do setor extrativo que avançou 7%. Do contrário, o saldo seria negativo, já que a indústria de transformação recuou -1,0% em 2023, uma queda mais intensa do que em 2022 (-0,4%). A indústria de transformação é responsável por cerca de 85% da indústria brasileira.

Ao longo de 2023 as atividades industriais, principalmente as de maior intensidade tecnológica, continuaram encontrando percalço em suas operações por efeito dos juros, que seguiram e ainda seguem em níveis escorchantes no Brasil, diante

da insistência do Banco Central (BC) em reduzir a taxa básica de juros da economia (Selic) a passos de tartaruga, com o fim de manter a sua política de restrição ao crédito e ao consumo por mais tempo.

Para citar como exemplo, a indústria de máquinas e equipamentos – que é um ramo sensível às condições de crédito, obteve mais um ano de resultados ruins em sua produção em 2023, ancorado no ritmo dos investimentos que retraíram -3,4% no ano, segundo o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

“O desempenho de máquinas e equipamentos preocupa, pois vem acumulando quedas ao longo do ano e fechou com retração de 8,5% no ano”, destacou a economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Juliana Trece, ao divulgar os dados do Monitor do PIB/FGV, apontando que a atividade econômica brasileira cresceu 3,0% em 2023. No ano passado, a taxa de investimento da economia ficou em 18,1%, sendo um resultado menor que o registrado em 2022 e abaixo da média histórica (19,2%).

preocupa, pois vem acumulando quedas ao longo do ano e fechou com retração de 8,5% no ano”, estima. A construção também contribuiu negativamente para esse resultado, com queda de 0,5%.

“A formação bruta de capital fixo apresentou queda, o que contribuiu para a redução da taxa de investimentos do país”, segundo a pesquisadora. A taxa de investimento da economia foi de 18,1% em 2023. Além desta taxa ter se reduzido em 2022 e, novamente em 2023, segue abaixo da média histórica desde 2000 (19,2%), diz o Monitor.

O resultado oficial do PIB será divulgado nesta sexta-feira (1/3) pelo IBGE.

durante 40 anos é o país que mais cresceu no mundo? Expliquem a Coreia, por que tem inovação, industrialização? Expliquem a Ásia? Mas hoje, não é só isso. Expliquem a política econômica americana? Nem republicanos nem democratas questionam mais a necessidade de política industrial. Eles estão fazendo compras públicas, protecionismo”, observou Mercadante, citando que os EUA tem uma taxa de importação siderúrgica de 25% e o Brasil de 11%.

Mercadante participou da cerimônia de posse do novo presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, que ocorreu nesta quinta-feira (22), no Ministério do Planejamento, em Brasília, com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin e da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Mercadante lembrando os anos 20 frisou que “a política do café com leite era a expressão de um Brasil da monocultura, produtor de commodities, do agro, que durante três séculos foi trabalho escravo. A Revolução de 30 é uma ruptura com esse modelo, é uma tentativa de construir um Estado nacional e o Getúlio construiu”.

Citando o debate entre o liberalismo e o desenvolvimentismo que esteve ao longo de toda a história do Brasil, Mercadante destacou a criação da base industrial após a Revolução de 30 “fundamental para todo o processo que nós temos até hoje”, citando a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Nacional de Alcalis, empresas criadas com o objetivo de impulsionar a industrialização no Brasil.

Mercadante afirmou que a “elite brasileira, a nossa academia, as lideranças industriais, precisam começar a olhar o mundo, estudar um pouco mais o que está acontecendo, ou nós não temos como avançar na velocidade que esse país precisa avançar”.

“Os neoliberais de hoje, que eram os liberais de sempre, não conseguem explicar. Expliquem a China, porque

“Nós temos que ter medidas de defesa comercial e proteger o mercado. Senão, não tem reindustrialização, como o resto do mundo está fazendo”, ressaltou

presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloisio Mercadante, afirmou que o Brasil precisa “ter medidas de defesa comercial e proteger o mercado. Senão, não tem reindustrialização, como o resto do mundo está fazendo”.

Mercadante participou da cerimônia de posse do novo presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, que ocorreu nesta quinta-feira (22), no Ministério do Planejamento, em Brasília, com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin e da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Mercadante lembrando os anos 20 frisou que “a política do café com leite era a expressão de um Brasil da monocultura, produtor de commodities, do agro, que durante três séculos foi trabalho escravo. A Revolução de 30 é uma ruptura com esse modelo, é uma tentativa de construir um Estado nacional e o Getúlio construiu”.

Citando o debate entre o liberalismo e o desenvolvimentismo que esteve ao longo de toda a história do Brasil, Mercadante destacou a criação da base industrial após a Revolução de 30 “fundamental para todo o processo que nós temos até hoje”, citando a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Nacional de Alcalis, empresas criadas com o objetivo de impulsionar a industrialização no Brasil.

Mercadante afirmou que a “elite brasileira, a nossa academia, as lideranças industriais, precisam começar a olhar o mundo, estudar um pouco mais o que está acontecendo, ou nós não temos como avançar na velocidade que esse país precisa avançar”.

“Os neoliberais de hoje, que eram os liberais de sempre, não conseguem explicar. Expliquem a China, porque

durante 40 anos é o país que mais cresceu no mundo? Expliquem a Coreia, por que tem inovação, industrialização? Expliquem a Ásia? Mas hoje, não é só isso. Expliquem a política econômica americana? Nem republicanos nem democratas questionam mais a necessidade de política industrial. Eles estão fazendo compras públicas, protecionismo”, observou Mercadante, citando que os EUA tem uma taxa de importação siderúrgica de 25% e o Brasil de 11%.

“Nós temos que ter medidas de defesa comercial e proteger o mercado. Porque, senão, não tem reindustrialização, como o resto do mundo está fazendo”, afirmou. “Quando a gente fala US\$ 1,9 trilhão de dólares, que é a meta para uma década para os Estados Unidos, eles não estão falando de crédito. Estão falando de subsídio não reembolsável na via para indústria. [No Brasil] nós estamos falando de R\$ 300 bilhões em crédito. Sendo que R\$ 65 bilhões a taxa de mercado”, ressaltou. “E o tempo inteiro a gente tem que ouvir, não vocês estão subsidiando...”

Mercadante lembrou a recente declaração de um empresário da maior indústria do setor hoje que disse que não precisa de subsídio. “Tiveram o apoio do BNDES”, assim como a Embraer, a Vale do Rio Doce, o setor siderúrgico, energético, “e sem isso nós não teríamos a economia que nós temos hoje”.

“Outra coisa que precisamos enfrentar nesse debate é esse complexo de vira-lata”. Para Mercadante, não é possível que um país que faz avião, só três países constroem e certificam avião, seja taxado como incapaz de produzir.

“A gente não consegue produzir, isso, aquilo, não consegue. Consegue sim. Precisa parar de falar mal do Brasil, acreditar no país e impulsionar o empresariado desse país para produzir”, defendeu o presidente do BNDES.

les praticados pela companhia, criando uma disparidade regional, que afeta diretamente os consumidores atendidos pelas refinarias privatizadas.

Sem desfaçatez, o editorial dá sua “lição” do que pretende: “A Petrobrás demorou a abrir-se a contratos de exploração com as grandes petrolíferas globais. Com a abertura, mesmo tardia, na década de 1970, absorveu tecnologia, cresceu, e o Brasil se tornou exportador de petróleo. Agora, com o investimento destinado a negócios do passado como refinarias ou campos terrestres, corre o risco de chegar tarde às fontes de energia limpa.”

Mente o editorialista, uma vez que não foi a absorção de tecnologia de outras petrolíferas que levou a Petrobrás ao patamar de produção atual. Foi o investimento em pesquisas e o Corpo Técnico que a empresa criou tecnologias inovadoras, repetidamente premiadas, que permitiram a exploração da Bacia de Campos e os recordes para a extração do petróleo do pré-sal, em águas ultra profundas.

A AEPET reafirma que não é benéfico para o Brasil o papel da exportador de petróleo, como está expresso no artigo do presidente da Associação, Felipe Coutinho, “Exportação de petróleo cru é recorde, Lula conduz o Brasil na rota colonial pavimentada por Temer e Bolsonaro”.

Não está claro o que se pretende com a declarada “nova configuração societária e operacional. Mas temos certeza que a retomada da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), é passo fundamental para a recomposição do papel da Petrobrás como empresa de energia integrada. Mas não deve ser o único: é preciso recuperar os outros ativos, como a BR Distribuidora e malha de gasodutos.

Aepet denuncia que “O Globo” sabota a retomada da RLAM

Reproduzimos a seguir matéria publicada pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), onde a entidade afirma que “a retomada da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) é passo fundamental para a recomposição do papel da Petrobrás como empresa de energia integrada”. Confira!

Durante o período do carnaval, o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, viajou para o Oriente Médio e de uma maneira pouco usual e ofensiva, utilizou-se das redes sociais anunciar parcerias com empresas petrolíferas da região. Uma das postagens, entretanto, chamou mais a atenção: Prates disse no X, antigo Twitter, que a Petrobrás e o fundo de investimentos Mubadala intensificarão os esforços em torno do acordo sobre a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, “com vistas a finalizar a nova configuração societária e operacional ainda neste primeiro semestre de 2024”.

O Globo que, historicamente, sempre foi contra a participação do Estado na pesquisa, exploração, produção e refino de petróleo no Brasil, mais uma vez afronta a construção da soberania nacional com o editorial “Reestatização de refinaria baiana é mais um retrocesso na Petrobrás”, onde afirma: “A suspensão da venda de refinarias e a recompra da Mataripe têm ampla repercussão no mercado de combustíveis. A transferência a grupos privados é essencial para aumentar a competição e oferecer preços atraentes ao consumidor, objetivo perseguido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de olho nas ambições monopolistas da Petrobras.”

Ora, todas as refinarias vendidas pela Petrobrás têm praticado preços acima daque-



Presidente Lula discursa no Rio de Janeiro

“O que o governo de Israel está fazendo não é guerra, é genocídio”, reafirma Lula

O presidente Lula reafirmou, em discurso na sexta-feira (23), no Rio de Janeiro, durante o lançamento da Seleção Petrobras Cultural – Novos Eixos, suas críticas aos crimes que estão sendo cometidos pelo governo de Israel contra a população palestina na Faixa de Gaza. Ele falou sobre esse tema ao final de seu discurso sobre o trabalho cultural da Petrobrás.

“Então”, disse ele, “eu considero encerrado o ato da cultura, porque agora eu vou falar outra coisa. Que também é cultura. Que é um pouco da verdade. Eu não troco a minha dignidade pela falsidade. Eu quero dizer para vocês que eu sou favorável à criação do Estado Palestino livre e soberano. Que possa, esse Estado Palestino, viver em harmonia com o Estado de Israel. E quero dizer mais: o que o governo de Israel está fazendo contra o povo palestino não é guerra, é genocídio, porque está matando mulheres e crianças”.

A tratar sobre a reação histórica da ditadura israelense, Lula comentou sua entrevista na Etiópia. “Não tentem interpretar a entrevista que eu dei na Etiópia, leia a entrevista. Leia a entrevista, ao invés de ficar me julgando pelo que disse o primeiro-ministro de Israel. O que está acontecendo em Israel é um genocídio. São milhares de crianças mortas, milhares de desaparecidas”, repetiu Lula. “E não está morrendo soldado, estão morrendo mulheres e crianças dentro do hospital. Se isso não é genocídio, eu não sei o que é genocídio”, acrescentou o presidente.

Lula criticou a inação da ONU. “Eu quero dizer para vocês que vocês sabem que nós, aqui no Brasil, andamos brigando muito para que a gente tenha uma reforma no Conselho de Segurança da ONU. Para que ele possa representar o mundo, no século 21, e não representar o mundo de 1945, 1946, 1947 ou 1948. O Conselho de Segurança da ONU, hoje, não representa nada. Não toma decisão para nada e não faz paz em nada”, destacou.

O Conselho de Segurança da ONU, hoje, não representa nada. Não toma decisão para nada e não faz paz em nada. Recentemente, teve uma proposta proposta pelo ministro Mauro Vieira que teve 12 votos favoráveis, duas abstenções e um voto contra, dos Estados Unidos que, depois de votar contra, ele, simplesmente, vetou. Porque tem o direito do veto para os cinco grandes que são membros. Ontem foi aprovada outra decisão, que teve 13 votos a favor, 1 voto contra e uma abstenção. Voto contra dos Estados Unidos. E ele vetou a proposta. Então uma coisa que ganha por 13 a 1, tem um veto, porque a lógica da ONU não é agir de forma democrática.

“Então, o Brasil está brigando para que o Conselho de Segurança tenha países da África, tenha países da América Latina, tenha a Índia e tenha outros países. E, somente quando a gente tiver um Conselho da ONU democrático, com mais representação política e, somente quando a classe política deixar de ser hipócrita, somente quando ela tiver coragem de encarár as verdades, porque não é possível que as pessoas não compreendam o que está acontecendo em Gaza”, afirmou Lula.

“Não é possível que as pessoas não tenham sensibilidade com milhões de crianças que vão dormir, todo santo dia, com fome. Porque não tem um copo de leite, apesar do mundo produzir alimento em excesso. É importante que as pessoas saibam, enquanto é tempo de saber”, prosseguiu.

Petros e Funcf recorrem da decisão de Toffoli que suspendeu uma multa bilionária da J&F/JBS

Os fundos de pensão dos funcionários da Petrobrás, o Petros, e da Caixa Econômica Federal, Funcf, manifestaram-se contra a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu as multas bilionárias da J&F decorrentes dos acordos de leniência.

Os dois fundos e os funcionários das estatais seriam beneficiados pelo dinheiro das multas, mas podem sair no prejuízo caso a decisão de Toffoli seja mantida. O acordo de leniência foi assinado em 2017 por conta das provas de corrupção obtidas contra a J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, dona da JBS.

Ao todo, a companhia pagaria R\$ 10,3 bilhões. Tanto a Petros quanto a Funcf receberiam, ao longo de 25 anos, R\$ 1,7 bilhão desse montante.

A Petros, que já recebeu e contabilizou em seus planos financeiros R\$ 133 milhões, apresentou um recurso contra a decisão de Toffoli buscando “proteger o patrimônio dos participantes” do fundo.

Omar Aziz rechace ataques de Israel a Lula e cobra Pacheco

Reprodução/TV Senado



“Presidente Lula nunca abraçou uma deputada nazista, como fez Bolsonaro”, disse Aziz

Bolsonaro confessa, em ato na Paulista, que golpe fracassou. “Não teve tanques”

Terminado o ato de Bolsonaro, no domingo (25) na Avenida Paulista, onde ele chamou seus seguidores para jurar, de cima o palanque, que não tentou dar o golpe fracassado do ano passado, as coisas voltam a ficar como antes no quartel de Abrantes. Ou seja, ele foi pego em flagrante num vídeo organizando o golpe junto a seus comparsas – e até exigindo uma data que fosse antes das eleições – e terá que responder por este crime. Ele já está ineleável e deverá ser preso.

TERRORISTAS
Além de fingir que não teve nada com as artimanhas golpistas descobertas pela Polícia Federal, ele defendeu que os terroristas que invadiram e depredaram as sedes do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto sejam perdoados. Chegou a chamá-los de “pobres coitados”.

“E por parte do Parlamento brasileiro (...) uma anistia para aqueles pobres coitados que estão presos em Brasília. Nós não queremos mais que seus filhos sejam órfãos de pais vivos”, afirmou. Os lunáticos responderam ao seu chamado e quebraram tudo. Estão sendo punidos por isso, assim como ele também terá que ser. A polícia está fazendo a sua parte e a Justiça também. A negativa da participação no golpe não convenceu nem o pessoas que estavam no palanque junto com ele. Bolsonaro disse que está sendo perseguido e negou várias vezes estar envolvido em qualquer tentativa de golpe de Estado.

“O que é golpe? Golpe é tanque na rua. É arma, é conspiração. É trazer classes políticas para o seu lado. Empresariais. É isso que é golpe. Nada disso foi feito no Brasil. Fora isso, por que continuam me acusando de golpe? Agora o golpe é porque tem uma minuta de um decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição?”, afirmou.

Logo no início de seu discurso Bolsonaro relembrou sua carreira política, o atentado sofrido durante a campanha de 2018 e insinuou que foi roubado na eleição. “Aquilo que aconteceu em outubro de 2022”, disse ele, sobre sua derrota. “Vamos considerar isso uma página virada na nossa história”, acrescentou, depois de insinuar que foi roubado. O que ele queria era ele mesmo fraudar a eleição. Isso ele não conseguiu.

COMPARSAS
De acordo com as investigações, o ex-presidente, alguns de seus ex-ministros e militares se organizaram para tentar um golpe de Estado e impedir a chegada de Lula ao poder. Em 2023, a Polícia Federal encontrou na casa de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, uma minuta de decreto que previa a instauração de um estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mudar o resultado da eleição de 2022. Além disso, os golpistas pretendiam prender ministros do Supremo e líderes da oposição.

No início da manifestação se ouviam cânticos religiosos dos manifestantes que foram em grande parte arrastados pelos pastores pentecostais de todos os estados. Além de Bolsonaro, discursaram o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, que foi preso recentemente por porte ilegal de arma em casa, ex-primeira-dama, Michelle, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o pastor Silas Malafaia e parlamentares bolsonaristas apoiadores da tentativa de golpe.

CHEFE DO PL
O chefe do PL teve que falar antes porque os dois estão proibidos de se encontrar por serem ambos investigados pela tentativa de golpe.

O governador Tarcísio de Freitas, manteve um discurso mais ameno. Agradeceu Bolsonaro, a quem chamou de amigo. “Eu não vou chamar nem de presidente agora, vou chamar de Bolsonaro, meu amigo Bolsonaro. Você não é mais um CPF, você não é mais uma pessoa, você representa um movimento”, afirmou. Tarcísio também fez elogios ao governo de Bolsonaro e disse que o público “estava com saudade de vestir o verde e amarelo.” Ele só esqueceu que os terroristas que invadiram os Três Poderes estavam de verde e o amarelo.

Muitos seguidores de Bolsonaro portavam bandeiras de Israel, em apoio ao genocídio que o governo daquele país está cometendo contra a população palestina na Faixa de Gaza. Na última semana, o ditador Benjamin Netanyahu foi criticado por Lula, que chamou de genocídio a morte de palestinos em Gaza e comparou as ações do Exército israelense, que já matou mais de 30 mil civis, na maioria crianças e mulheres, ao extermínio de judeus por nazistas no Holocausto. Em resposta, Israel se isolou do mundo ao declarar Lula “persona non grata”, o que significa que sua presença não é bem-vinda naquele país.

BOLSONARISTAS
Estavam presentes no ato: Jair Bolsonaro, a ex-primeira-dama Michelle e o pastor Silas Malafaia; os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil); e Santa Catarina, Jorginho Mello (PL); o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto – ele discursou antes da chegada de Bolsonaro; os deputados federais Gustavo Gayer (PL-GO), Nikolas Ferreira (PL-GO) e Carla Zambelli (PL-SP); o senador Magno Malta (PL-ES); o ex-deputado federal João Roma (PL); e outros.

“Tipifique o que é matar 30 mil inocentes em Gaza”, questionou o senador do PSD. “Falar e fazer essa reprimenda a Lula, não dá”

O senador Omar Aziz (PSD-AM) respondeu à fala do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de que não há um genocídio acontecendo na Faixa de Gaza e lembrou que Israel já assassinou mais de 30 mil civis e está expulsando os palestinos da região.

Aziz pediu a Rodrigo Pacheco e aos outros senadores que criticaram a fala de Lula que tipificassem “o que é matar 30 mil inocentes”, como Israel fez em quatro meses.

“Tipifique o que é matar 30 mil inocentes – e quantos terroristas foram mortos com esses ataques? – e tirar 1 milhão de palestinos [da Faixa de Gaza] e dizer: vocês saiam daqui, vão para o gueto, saiam daqui, porque nós vamos atacar. Tipifique o que é isso?”, continuou o senador Omar Aziz.

“Realmente não tem que comparar com o Holocausto. Mas o presidente Lula nunca abraçou uma deputada nazista, neta de ministro. E a direita quietinha. Vossa excelência falou agora [referindo-se a outro senador] de um cara que morreu na Rússia mas ainda com uma suástica nazista no braço. Nazista! Ou vocês não sabem disso? Falar e fazer essa reprimenda ao presidente Lula, não dá [presidente Rodrigo Pacheco]”, disse o senador.

“Como filho de palestino, fui solidário ao povo de Israel, ao povo judeu, quando o governo anterior recebeu uma nazista às escondidas”, disse se referindo ao encontro de Bolsonaro com Beatrix von Storch, deputada alemã neta de Lutz Graf Schwerin von Krosigk, ministro das

Bolsonaro e seus golpistas “foram derrotados pelas suas ambições”, escreveu ex-comandante da FAB

O ex-comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior, escreveu em seu Twitter, após operação da PF contra o plano de golpe do governo Bolsonaro, que seus “amigos” golpistas foram “derrotados pelas suas ambições”. Seu comentário nas redes começou parafraseando um trecho de uma mensagem do general Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, obtida pela investigação.

“A ambição derrota o caráter dos fracos. Aliás ... revela”.

“Já tendo passado dos 60 anos, não tenho mais o direito de me iludir com o ser humano, nem mesmo aqueles que julgava amigos e foram derrotados pelas suas ambições”, escreveu o ex-comandante.

A primeira frase foi usada por Braga Netto em mensagens trocadas com major Ailton Barros na qual deu orientações para ataques contra Carlos de Almeida Baptista Junior e o então comandante do Exército, general Freire Gomes.

Braga Netto mandou para Ailton imagens com fotos de Baptista Junior que falavam para ele “calar a boca” e “honrar a farda”.

Outra imagem também dizia: “Não coloque esta ‘Estrela’ na sua patente”, possivelmente se referindo à estrela que é símbolo do PT.

“Sentar o pau no Batista Junior. Povo sofrendo, arbitrariedades sendo feitas e ele fechado nas mordomias. Negociando favores.”

Lula se reúne com Lavrov e confirma viagem à Rússia para discutir BRICS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu, na noite desta quinta-feira (22), em Brasília, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, que foi à capital federal após ter participado da reunião de chanceleres no Rio de Janeiro e transmitiu mensagem do presidente Putin de apoio à Presidência brasileira do grupo”.

“O chanceler reforçou o convite para a Cúpula do BRICS, em outubro, na Rússia, e reiterou o apoio ao pleito do Brasil para ocupar assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, acrescenta a nota.

Ainda segundo o Planalto, Lula confirmou que viajará à Rússia para a reunião do grupo e “reafirmou a importância de uma nova governança global para lidar com temas

Finaças de Adolf Hitler.

“Teve senador, deputado e ministro do governo anterior que não ficou histérico, como estou vendo essa histeria toda [agora]”, criticou.

Omar Aziz ainda diferenciou que “o povo judeu é uma coisa, que todos nós respeitamos. Não confunda o povo judeu com esse governo de direita, sionista, de Israel, não confunda. Ao povo judeu todo o nosso respeito, a nossa solidariedade, pelo que aconteceu. Agora, eu quero que vossa excelência [Pacheco] tipifique o que está acontecendo lá hoje”.

Parlamentares bolsonaristas e defensores dos ataques feitos por Israel têm usado as redes sociais para atacar o presidente Lula por suas declarações denunciando o genocídio em curso.

Aziz lembrou que, durante o governo de Jair Bolsonaro, quase 700 mil pessoas morreram de Covid-19 e “eu não vi nenhum histerismo na internet por parte da direita”. Aziz foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou os crimes do governo Bolsonaro na pandemia.

Rodrigo Pacheco, que havia falado que “o Senado Federal não pode aderir, compactuar ou se calar, diante de qualquer afirmação, de quem quer que seja, inclusive o Senhor Presidente da República, que compare a ação militar que está ocorrendo na Faixa de Gaza com o Holocausto, o genocídio contra o povo judeu perpetrado pelo regime nazista na Segunda Guerra Mundial”, disse, acrescentando, somente, que “não há um lado da minha parte”.

Traidor da pátria”, escreveu o ex-ministro de Bolsonaro, Walter Braga Netto.

“Dai para frente, inferniza a vida dele e da família”, continuou.

Braga Netto ainda orientou Ailton Barros e “elogiar o Garnier”, ex-comandante da Marinha que apoiou a tentativa de golpe, e “foder o BJ [Baptista Junior]”.

Novamente em seu Twitter, Baptista Junior comentou sobre uma coluna no Estadão e ressaltou a importância do “compromisso dos comandantes militares com a legalidade” para impedir o golpe bolsonarista. “Cumpro as leis porque é o certo!”, escreveu.

A revista Veja revelou que, em depoimento à Polícia Federal, Baptista Junior falou muito sobre a organização do golpe de Estado pretendido por Bolsonaro e “deixou os investigadores animados”.

“Vem mais operação por aí”, falou um investigador à revista.

De acordo com o relato de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Baptista Junior estava na reunião convocada pelo ex-presidente com os comandantes da Forças Armadas para pedir apoio para sua ditadura. Nessa reunião, Jair teria apresentado a eles a minuta de um decreto que anularia as eleições e prenderia os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

como inteligência artificial e as mudanças climáticas, que não podem ser enfrentadas isoladamente”.

O presidente também “reiterou a posição de que o Brasil continua disposto a colaborar com os esforços em favor da paz” na Ucrânia, enquanto Lavrov “expôs as posições da Rússia” em relação ao conflito.

BRICS é o bloco econômico que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

“O chanceler Lavrov expôs as posições da Rússia em relação ao conflito na Ucrânia. O presidente Lula reiterou a posição de que o Brasil continua disposto a colaborar com os esforços em favor da paz”, escreveu o governo brasileiro em nota.

De acordo com o governo, ambos também discutiram temas da agenda bilateral entre os 2 países, os debates ocorridos na reunião de chanceleres dos países do G-20, que ocorreram no Rio de Janeiro, e questões globais.

Apoio do MCTI ao Inatel coloca Brasil na disputa mundial do 6G

Investimento de R\$ 21 milhões em projetos do Instituto Nacional de Telecomunicações, de Minas Gerais, poderá posicionar o Brasil na vanguarda da tecnologia 6G

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sob a liderança da ministra Luciana Santos, está investindo, através do Programa Prioritário em Informática e a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), R\$ 21 milhões em projetos do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), de Minas Gerais, que poderá posicionar o Brasil na vanguarda da tecnologia 6G. Os investimentos anunciados pelo governo Lula foram possíveis porque a nova gestão do MCTI recuperou as fontes de financiamento que haviam sido destruídas no governo Bolsonaro.

PROTAGONISMO

Para especialistas do setor, discutir e desenvolver o 6G pode colocar o Brasil, pela primeira vez, em condições de não ser um mero consumidor da tecnologia de comunicação móvel, mas, sim, de ter protagonismo em um salto tecnológico sem precedentes e fazer do País um provedor e exportador de tecnologia de ponta.

O Centro de Competência Embrappi em Tecnologia e Infraestrutura de Conectividade 5G e 6G, que também participa do projeto, foi criado em maio de 2023. A unidade vai receber investimentos de R\$ 60 milhões em um período de 42 meses para desenvolver uma série de ações que combinam ampliação e capacitação de recursos humanos, associação tecnológica e atração e criação de startups.

Enquanto o país aguarda a implantação definitiva da internet 5G, os pesquisadores do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) já preparam a sexta geração (6G), que deverá ser implantada a partir de 2032. Eles também tiveram um papel destacado na disputa internacional pelo desenvolvimento da tecnologia 5G. Vários projetos com essa tecnologia foram desenvolvidos e testados em Santa Rita do Sapucaí, onde fica a sede do instituto.

Reportagem de [Daniela Maciel](#), do Diário do Comércio de MG mostra que, “se o 5G prometia baixa latência, cobertura de vazios geográficos e a chamada internet das coisas (IoT), entre outros atributos, em 2018 os professores do Inatel já sabiam que algumas dessas funcionalidades não atingiriam o seu grau máximo de eficiência naquela onda de inovação e já começaram, então, a preparar o 6G”.

TECNOLOGIA DO FUTURO

Segundo o coordenador de Pesquisa do Brasil 6G e coordenador de Pesquisa do Centro de Referência em Radiocomunicações (CRR) do Inatel, Luciano Leonei Mendes, a criação do Brasil 5G foi fundamental para que o Brasil passasse a integrar os esforços mundiais de pesquisa sobre as próximas gerações de comunicação móvel.

“Havia uma indicação de que existiam funcionalidades prometidas que o 5G não iria entregar. Assim começaram a surgir os primeiros projetos em 6G. O primeiro na Finlândia e custou mais de R\$ 1 bilhão. Aqui foi formado o Brasil 5G e, na primeira fase, queríamos entender as demandas nacionais que não seriam atendidas pelo 5G. A pandemia evidenciou que uma interação em vídeo e voz não era eficiente em termos de convivência humana e o 5G não ia transpor essa barre-

ra. Também o alcance em áreas desconectadas e demandas de setores como saúde, mineração, agronegócios que não foram ouvidas”, relembra Mendes.

As demandas específicas brasileiras são o foco dos pesquisadores mineiros. O Projeto Brasil 6G propõe soluções para essas demandas, indicando quais tecnologias seriam necessárias para que os setores possam ser suportados em uma rede 6G levando-se em conta em um ambiente diverso como o Brasil. Agora o projeto está na terceira fase, com teste em ambientes mais realistas, em protótipos. Os pesquisadores podem acessar o ambiente remotamente para estudar lacunas em custos e operação.

DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

“Ao longo desse período houve um interesse contínuo do governo brasileiro em apoiar as pesquisas. Existe um entendimento sobre o enorme valor estratégico desses estudos para o desenvolvimento do Brasil e temos sucesso em algumas fontes de financiamento e parcerias com universidades e centros de pesquisas estrangeiros. É claro que esse financiamento não está no mesmo nível que acontece na Europa e nos Estados Unidos, mas isso nos permite contribuir de forma significativa com os estudos mundiais”, pontua o pesquisador.

Um dos grandes desafios para que as pesquisas avancem, segundo os professores do Inatel, é conseguir manter os pesquisadores no Brasil. A concorrência global por profissionais capacitados em tecnologia de ponta cresce exponencialmente e como já é notório, o País segue exportando mão de obra.

“Sofremos com o desafio de manter as pessoas. Tenho muitos colegas que foram para Europa e EUA. De certa forma, ficamos orgulhosos com isso, mas gastamos muito esforço e recursos na formação dessas pessoas que acabam indo produzir em outro lugar. Como o assunto é muito específico, quem vem do mercado tem que ser formado novamente. Para mudar isso, precisamos aquecer o mercado criador de conhecimento”, afirmou Mendes.

RETER MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

“A perenidade dos projetos garante que as pessoas fiquem. Quem quer pesquisar tem que entrar para uma universidade. Com a criação do Centro de Competência Embrappi 5G e 6G e de um ecossistema com várias empresas associadas, o valor dessas pessoas vai ser percebido. A tendência é a de que as empresas queiram essas pessoas nos seus quadros para fazer desenvolvimento científico que permita o desenvolvimento de produtos inovadores”, acrescentou.

Se o 5G prometia a entrada definitiva do planeta na era da “internet das coisas” (IoT), o 6G pode romper a barreira da biologia e nos levar para um novo patamar de conexão entre as coisas, as pessoas e a natureza. Será a era da hiperconectividade através de nanobiossensores. O 6G seria “o homem conversando com as máquinas, as máquinas conversando com o homem e ambos conversando com a natureza”, prossegue o pesquisador. “E a chamada “conectividade ubíqua” que abre a perspectiva de uma “internet dos sentidos”, comentou.

Privatizada Vibra atende EUA e nega abastecer avião russo em visita ao Brasil

O Ministro das Relações Exteriores da Rússia confirmou na última quinta-feira (22) que o avião da delegação russa para a reunião de ministros de Relações Exteriores do G20, Ilyushin Il-96-300 teve seu abastecimento vetado pela empresa privatizada Vibra no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

A decisão da Vibra, que assumiu a gestão da BR Distribuidora após a privatização por Bolsonaro, impediu que o avião oficial fosse utilizado para a ida do ministro russo para o encontro com o presidente Lula, em Brasília, na noite de quinta-feira. Para justificar a afronta à chancelaria de um país aliado, a empresa alegou que a negativa ocorreu devido às sanções impostas pelos EUA ao governo russo.

Para contornar a situação e garantir o encontro, o governo brasileiro ofereceu uma aeronave da Força Aérea Brasileira

para que a equipe de Lavrov fosse a Brasília. Em entrevista a jornalistas russos, o ministro Serguei Lavrov comentou as dificuldades de abastecimento da sua aeronave. “Acontece que aqui no Brasil praticamente não existem empresas que abasteçam aeronaves que não sejam de propriedade de corporações ocidentais. Mas quero destacar a atuação dos anfitriões brasileiros, que fizeram de tudo para resolver essa questão”, disse o chanceler, segundo a agência russa de notícias Sputnik.

Lavrov estava no Rio para a reunião de ministros de Relações Exteriores do G20, o grupo das maiores economias do mundo. Antes ele esteve em Cuba e na Venezuela, onde fez o último abastecimento. A viagem a Brasília, no entanto, impediria que o avião chegasse ao seu próximo destino internacional, o Marrocos.



Lula e Luciana Santos investem no Inatel e fortalecem a pesquisa nacional

Lewandowski anuncia fortalecimento da segurança em penitenciárias federais e busca de fugitivos

Estudantes da Escola Estadual Fernão Dias Paes, do bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, denunciam o sucateamento da instituição e a falta de professores da rede devido à atribuição de aulas realizada pela Secretaria de Educação para o ano letivo de 2024.

Em um vídeo divulgado nas redes da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES SP), os estudantes afirmam estar desde a semana passada sem professores para os itinerários, o que faz com que os alunos saiam cedo todos os dias.

“Nós, alunos do Fernão Dias, sofremos com a falta de professores, estamos tendo matérias tecnicamente irrelevantes, porque os professores ainda não sabem exatamente de qual tipo de conteúdo eles vão dar pra gente. As nossas salas estão misturadas, por conta da falta de professores. Estamos saindo às 11h todos os dias”, dizem os estudantes da escola.

Os alunos afirmam ainda que os professores juntam as turmas de anos diferentes por conta da falta de professores na escola.

“Os professores estão juntando os segundos anos com os terceiros anos, porque não tem professor. A gente ainda não sabe exatamente em qual itinerário informativo estamos. Tem hora que dizem que a gente é de humanas, tem horas que dizem que a gente é de exatas. As aulas voltaram dia 15. Então é desde quinta-feira da semana passada que ocorre isso”, continua.

O relato dos estudantes da E.E. Fernão Dias não é isolado. Em todo o Estado, há denúncias de falta de professores em salas de aula enquanto milhares de profissionais não conseguiram as suas atribuições.

Na E.E. Marina Cintra, na Consolação, a reportagem do HP identificou que estudantes do Ensino Fundamental ainda não iniciaram as aulas por falta de indicação de professor primário. Já na E.E. Presidente Roosevelt, na Liberdade, os pais de alunos



Estudantes da E.E. Fernão Dias estão sem aulas e itinerários desde o início do ano

relatam que não há professor de Inglês, Informática e Educação Física para o Ensino Fundamental.

“Enquanto isso o governador está querendo cortar R\$ 9 bilhões da Educação no estado de São Paulo, se a educação já está nesse estado, com o pouco de dinheiro que a gente tem, imagina se ele corta esse dinheiro, que é extremamente importante para a gente, tanto para a manutenção dos materiais, tanto para as aulas, para nós alunos e também para a nossa alimentação. Não ao corte da educação!”, afirmam os estudantes, criticando a PEC 09, do governo estadual, que visa cortar 5% da educação.

FALTA DE ATRIBUIÇÃO

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) ingressou com representação no Ministério Público, pedindo uma investigação contra a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na Educação. A pasta sob o comando do secretário, Renato Feder, deu início ao ano letivo no dia 15 com milhares de professores sem aulas atribuídas. O que deixou estudantes de diversas unidades da rede pública sem aula por falta de docentes.

O problema ocorreu após o governo estadual mudar as regras de definição das aulas para os professores temporários. Chamados de categoria O, esse grupo de docentes representam quase a metade do total de 216 mil docentes que atuam na rede paulista. No ano passado, depois de ter sido autorizado ainda em 2022, a secretaria realizou

um concurso, o primeiro em 10 anos, para contratar efetivos. No entanto, de acordo com a Apeoesp, o concurso foi “mal concebido” e “pessimamente realizado” pelo Estado e a Fundação Vunesp, que também é alvo da denúncia no MP.

NÃO CONCURSADOS

De acordo com o Censo Escolar 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) na última quinta-feira (22), a rede estadual de ensino de São Paulo é composta, em sua maioria, por professores temporários, não concursados. Eles representam 57,1% dos docentes do estado.

Em comparação, a categoria representa 81% dos professores de Minas Gerais. Já no Rio de Janeiro, estado com maior percentual de docentes concursados no país, os temporários são cerca de 5%.

Segundo a Secretaria Estadual da Educação (Seduc), desde o período de coleta das informações, o quadro sofreu uma alteração e os professores concursados passaram a representar 52% do total da rede, enquanto o número de temporários caiu para 48%. Os concursados em fevereiro de 2024 representavam 164 mil professores. Os temporários em fevereiro de 2024 representaram 149 mil professores.

Ainda de acordo com a Seduc, 15 mil professores concursados serão contratados no segundo semestre de 2024, visando tornar a categoria 60% dos docentes do estado.



Werner Rempel é vereador de Santa Maria (RS) pelo PCdoB

“Criticism fala de Lula, mas nada sobre 10 mil crianças mortas e 400 mil casas destruídas”, denuncia Werner Rempel

O vereador de Santa Maria Werner Rempel (PCdoB-RS) utilizou a tribuna, no último dia 22, para denunciar os crimes do governo de Israel contra os palestinos. Em respostas às “críticas” que outros vereadores fizeram à fala do presidente Lula que repudiou o massacre contra crianças e mulheres palestinas, Rempel, ressaltou: “Ninguém aqui tocou, nem de longe, no sofrimento e no massacre a que está sendo submetido o povo palestino. Como se isso não fosse relevante, como se isso não significasse absolutamente nada.”

“Até dois dias atrás, o número de crianças mortas na faixa de Gaza já era de 10 mil, dentro dos 30 mil palestinos que já pereceram. A fonte não é do Hamas, é fonte da ONU. Bombas de 2 mil libras estão sendo jogadas diariamente nos locais onde as famílias se amontoam em busca de abrigo. Crianças com queimaduras que vão até os ossos, provocadas pelo uso ilegal, por parte do Exército de Israel, do fósforo branco, que deveria ser banido da humanidade. São 400 mil casas que estão em ruínas. E não ouvi nada nos pronunciamentos aqui colocados sobre isso. Isso é irrelevante para essas pessoas?”.

“Houve o deslocamento de 2 milhões de pessoas em Gaza, 90% da população, 320 escolas bombardeadas. Como vai ficar a educação no futuro? Eu acho que não vai ficar, porque o desejo do governo sionista de Israel é exatamente varrer aquele pessoal para fora daquela área para tomar conta desse território.” “O sionista Netanyahu quer é varrer os palestinos do mapa, está muito claro isso”, disse o vereador.

“O sistema de saúde foi completamente destruído, quase todos os hospitais. Nesses hospitais que foram derrubados haviam pacientes, e 637 médicos e profissionais de saúde perderam a vida. Há 60 mil feridos em Gaza com possibilidade de morrer porque não têm assistência médica. Negam a entrada de caminhões com ajuda humanitária. Quase toda a população está com fome. Dados da ONU, também agora, indicam que 80% dos famintos do mundo todo estão em Gaza, que 9 em cada 10 palestinos naquela região dormem sem comer, e que há apenas 6 ambulâncias para servir 2 milhões de pessoas que moram lá, 6 ambulâncias.”

“Todas essas questões, que são gravíssimas, não tiveram uma vírgula dos vereadores que aqui agrediram o presidente Lula pela manifestação que fez. Nenhuma vírgula. Por quê? Porque, para eles, elas não são importantes. As mortes dessas pessoas todas, a destruição, não valem nada”.

Brasil bate Itália e conquista o hexa na Copa do Mundo de Futebol de Areia



A Seleção Brasileira venceu a Itália por 6 a 4 na decisão do torneio disputado em Dubai, nos Emirados Árabes

Neste domingo (25), o Brasil conquistou o hexa da Copa do Mundo de Futebol de Areia. A Seleção Brasileira venceu a Itália por 6 a 4 na decisão do torneio disputado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A Itália saiu na frente, mas o Brasil, assim como já havia sido na semifinal contra o Irã, mostrou calma e sabedoria para buscar a virada.

O melhor jogador do mundo na modalidade, Rodrigo, marcou três vezes, forçou a expulsão do goleiro Casapieri e foi o grande jogador da final.

Com pouco menos de três minutos de jogo, Genovali abriu o placar para a Itália, após pegar de primeira a sobra de bola na trave. O Brasil respondeu logo na saída de bola, mas Bertacca salvou de cabeça em cima da linha.

A Seleção seguia na pressão em busca do empate. Casapieri mostrava por que foi eleito neste mês o melhor goleiro do mundo da modalidade, mas o Brasil tinha em campo o melhor jogador do mundo: Rodrigo. E ele empatou a partida a 22 segundos para o fim do primeiro tempo, num chute em que a bola quicou na areia e foi para o ângulo.

O Brasil é disparado o maior campeão da Copa do Mundo de Futebol de Areia. A seleção já havia conquistado o título em 2006, 2007, 2008, 2009 e 2017. A Rússia soma três troféus, Portugal tem dois e a França tem um. A Itália segue sem título e voltou a ser vice para o Brasil, como tinha acontecido na final de 2008.



Adilson da CTB: “É chegada a hora de libertar os povos das amarras desse capitalismo anacrônico”

Em entrevista para o HP, Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), declarou “que é chegada a hora de libertar os povos das amarras desse capitalismo anacrônico, que não tem mais nada a nos oferecer”. Considera que “o capitalismo, nos tempos de hoje, é excludente e marginal, tem a oferecer apenas o retrocesso econômico, a miséria de 2/3 do planeta, a degradação do meio ambiente e, no terreno político, o fascismo”. “Um capitalismo vocacionado a alicerçar o rentismo, a especulação financeira que esteriliza o trabalho”, afirmou.

A CTB será a anfitriã da reunião do Conselho Presidencial da FSM (Federação Sindical Mundial), que se realizará nos dias 1º e 2 de março, em São Paulo. Já está confirmada a presença de 50 países e pelo menos 100 lideranças sindicais internacionais. No dia 4 de março, a CTB, em parceria com a FSM e centrais sindicais do Brasil e do mundo, realizarão o seminário internacional “A crise do capitalismo e os seus impactos na organização sindical e no trabalho” na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de São Paulo.

Segundo Araújo, “a reunião do Conselho Presidencial da FSM, no Brasil, não é uma mera reunião. Este evento acontece num momento singular para os trabalhadores de todo o mundo e para a Federação Sindical Mundial”, avaliou.

GENOCÍDIO

O Estado sionista de Israel desenterra um novo Nakba, catástrofe que impõe ao povo palestino ser refugiado em seu próprio território. A estratégia genocida é exterminar o povo palestino, apurado pelos constantes bombardeios impiedosos na Faixa de Gaza, contra hospitais e escolas, assassinando milhares de civis, na maioria mulheres e crianças inocentes. “Presidente Lula tem razão, os crimes são equiparáveis aos praticados por Adolfo Hitler. Chegou a hora do mundo exigir um cessar-fogo”, afirmou o presidente da CTB.

EUA

Os EUA apostam todas as fichas em investimento bélico e colocam em risco a sobrevivência da humanidade. Ampliaram, no último ano, os gastos militares para 900 bilhões de dólares, o que é um recorde para economia americana. Tentam esconder a gravíssima instabilidade econômica e a severa crise política com agressões criminosas à soberania das nações.

O mundo assiste a uma irresponsável corrida às armas, um perigoso aprofundamento e expansão do conflito no leste europeu. O quadro de intromissão da OTAN se soma às investidas do imperialismo norte-americano. A OTAN abastecer de armas e bombas o governo fascista da Rússia, que não tem cruzado os braços. Ao contrário, tem enfrentado a fúria insana do governo norte-americano.

NOVA GEOPOLÍTICA

China, que não se submeteu ao neoliberalismo globalizado, há 12 anos é a 2ª maior potência mundial – conforme o FMI, se medido pelo poder de paridade de compra, já é 23ª maior que o PIB dos EUA – em contraponto ao mundo em recessão. Esse redesenho vai configurando uma nova ordem geopolítica.

Adilson garantiu que a CTB irá “fortalecer a corrente de resistência anticapitalista, antimonopólio, antibloqueio, denunciar as agressões imperialistas, desenvolver a solidariedade entre os povos e a defesa dos direitos”. Disse que “hoje, mais do que nunca, vamos levantar a bandeira do desenvolvimento e que se alicerça na base da defesa de um projeto de transformação social mais radical, numa perspectiva socialista”.

LULA

O Brasil precisa da retomada do desenvolvimento nacional. Uma boa meta é atingir o crescimento de 2010, de 7%, patamar chinês. O presidente Lula está fazendo sua parte. Lançou o projeto Indústria Brasil. Se comprometeu a retomar as obras de infraestrutura paradas, especialmente de cunho social. Retomou o Minha Casa, Minha Vida.

Agora, se o Brasil quiser se aproximar do PIB de 2010 vai ter que retomar taxas de investimentos na base de 25%. Para isso é necessário o investimento público, a redução acentuada da taxa de juros, revisão do teto de gastos, reindustrializar o país, fomento à tecnologia, à inovação, restabelecimento de forma acelerada da engenharia nacional, retomada da política de conteúdo nacional, reestatização da Eletrobrás e o fomento da indústria naval. Só com povo na rua.

CARLOS PEREIRA

Professores municipais de São Paulo exigem reajuste salarial, diz Fonseca



Cláudio Fonseca, presidente do Sinpeem: “Reivindicamos reajuste de 39%”



Sindicatos e parlamentares condenam afretamento sem limite de navios estrangeiros pela Petrobrás

Lideranças sindicais, parlamentares, dirigentes de entidades representativas da indústria, de trabalhadores metalúrgicos, marítimos e petroleiros decidiram intensificar a mobilização em defesa da indústria nacional e contra o afretamento sem limites de navios estrangeiros pela Petrobrás.

As organizações – que compõem o Fórum em Defesa da Retomada da Construção Naval – se reuniram na última sexta-feira (23), na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais (Conttmf), e aprovaram a convocação de um protesto, no próximo dia 15 de março, em frente ao prédio da Petrobrás. As entidades também irão entregar ao presidente Lula um manifesto com propostas para a recuperação da indústria naval brasileira.

Para Carlos Müller, presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar) e também da Conttmf, “os sindicatos compreenderam que a manifestação coletiva dos trabalhadores e dos movimentos sociais é essencial para tentarmos mudar a visão extremamente liberal de alguns gerentes da Petrobrás que estão impedindo o desenvolvimento da Marinha Mercante com bandeira brasileira, o crescimento do emprego e a geração significativa de riquezas em nosso país”.

“Lamentavelmente, de acordo com relatório da Antaq [Agência Nacional de Transportes Aquaviários] de 2021, somente 4% do petróleo e do gás produzidos em águas nacionais foram transportados em navios de bandeira brasileira. Quando se olha para outros segmentos do setor, esse número passa de 90%. No apoio marítimo são 93%, e no contêiner chega a 96%. A Petrobrás, que representa o Estado brasileiro, não está cumprindo o seu

papel de fortalecer a bandeira brasileira no setor marítimo e naval”, declarou Müller.

De acordo com a Confederação, a área de logística da Petrobrás tem dado preferência para a contratação destes serviços exclusivamente por empresas estrangeiras, como a recente negociação das embarcações do tipo DPST (navios-tanque com sistema de posicionamento dinâmico), construídas na China e na Coreia do Sul. “Esta é uma prática que contraria as orientações do governo federal e os dispositivos da Lei do Petróleo [Lei 9.478/1997], a qual diz que as atividades de construção e operação de embarcações para o transporte de petróleo e seus derivados devem ser feitas por sua subsidiária – a Transpetro”.

O deputado federal Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira, destacou a importância do setor para a economia e para a geração de empregos no país e defendeu a adoção de uma política efetiva para a construção de navios. “A Frente visa ser vista como um instrumento de debate sobre esse tema tão estratégico que é o setor naval, que gera um número significativo de empregos em todos os lugares onde, efetivamente, você tem um uma política para esse setor e, ao mesmo tempo que, como foi dito, de forma reiterada, nós precisamos transformar em uma política de Estado”, enfatizou.

Lindenmeyer afirma que, embora não haja uma proposta clara para a retomada da política da indústria naval, o programa Nova Indústria Brasil é positivo nesse sentido, mas ainda enfrenta entraves como a política de juros altos do Banco Central. “Então, eu diria que são algumas cascas de banana que vão sendo colocadas no meio do caminho para dificultar o governo que está

ai”, afirmou o parlamentar.

Outra medida que as entidades destacam é o pacote anunciado pelo governo em janeiro de fomento à indústria naval brasileira, com investimento de R\$ 2 bi, valor que sairá do Fundo de Marinha Mercante (FMM), “mas ele não é focado na construção de navios e vai atuar em outras quatro frentes: planejamento espacial marinho da costa brasileira, incentivos à inovação e descarbonização da frota naval, estímulo à infraestrutura portuária e apoio a projetos de recursos hídricos via Fundo Clima”.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Rio de Janeiro (CTB-RJ), Paulo Farias (Paulinho), criticou ainda a inércia dos governos locais pela pauta da retomada da indústria naval. “O governo do estado, o governo municipal, são governos inéditos neste sentido, que não querem saber nada sobre a indústria naval no Rio de Janeiro. Como o prefeito se omite desse debate? Como o governador não quer nem saber? O estado é campeão em desemprego, com mazelas que a gente vê todos os dias nos jornais”, protestou.

Também se uniram aos integrantes do Fórum pela Retomada da Construção Naval, como a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira, a deputada estadual Célia Jordão (PL-RJ), presidente da Comissão Especial da Indústria Naval na Alerj, o Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores no Rio de Janeiro (CUT-RJ), Alessandro Trindade, e o secretário-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Sérgio Leal.

Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), convocou docentes à assembleia geral no próximo dia 8 de março

Os profissionais de educação da rede municipal de ensino, docentes e gestores de quadro de apoio, representados pelo Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), convocaram, para o próximo dia 8 de março, assembleia geral em frente à Prefeitura de São Paulo para pressionar a gestão Ricardo Nunes a abrir diálogo com a categoria sobre a data base de 2024.

A data base dos profissionais da educação é no mês de maio. Devido ao calendário eleitoral deste ano, que impõe limite temporal para aprovação de reajuste, a categoria adiantou a negociação e apresentou sua pauta reivindicatória ainda em novembro do ano passado, para que se pudesse garantir a discussão e aprovação do projeto de lei que estabelecerá o índice de correção salarial pelo Parlamento municipal.

“Tradicionalmente, apresentamos a nossa pauta de reivindicações, reivindicamos ao governo, pleiteamos junto ao governo, que abra o processo negocial por volta do mês de março de cada ano para concluir todo o processo negocial ainda no mês de maio. Como não existe direito sem lei, principalmente no que diz respeito aos remuneratórios e de carreira dos profissionais de educação e, no geral dos servidores públicos, nós emergenciamos a entrega da pauta de reivindicações da categoria neste ano para que todo o processo de discussão, negociação finalize a tempo de ser votado o projeto de lei dispondo sobre salários até o dia 8 de abril [prazo estabelecido pela lei eleitoral]”, afirmou o ex-vereador e presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca, em declaração ao HP. “Então, entregamos a nossa pauta ainda no final de novembro ao governo. Esta pauta consiste de itens relativos à questão salarial, remuneratória, para os ativos e aposentados”, explicou.

REPOSIÇÃO SALARIAL

De acordo com Cláudio Fonseca, uma das reivindicações principais é o reajuste salarial de 39%. “Nós temos atualmente abonos salariais que são pagos aos profissionais ativos e excluem os aposentados. Queremos a incorporação do percentual correspondente ao maior valor de abono que é de 39%. Na prática seria o quê? Aplicar 39% sobre todos os padrões de vencimento dos ativos e aposentados. Esta é a reivindicação. E nós exigimos que se abra negociação para ver a forma como esse índice será atendido, implementado”, explicou Fonseca.

Além da pauta remuneratória direta, a categoria também reivindica a valorização de benefícios como auxílio-alimentação e vale-refeição.

“SALÁRIO NÃO É SUBSÍDIO”

“Além da incorporação de 39%, nós somos contrários à

transformação de salários em regime de subsídio, como vem acontecendo para servidores públicos. Com isso, eles deixam de ter alguns benefícios, como quinquênio, benefício de sexta parte e também muda-se os dispositivos para enquadramentos ao longo da carreira, na tabela de vencimentos. Por isso somos contrários à adoção da política de subsídios pelo governo municipal para os profissionais de educação. Diga-se de passagem que quase todos os quadros de funcionários da Prefeitura já estão em regime de subsídio, portanto perderam o quinquênio, perderam sexta parte, tiveram modificações na estrutura e desenvolvimento das carreiras a partir de 2015, ainda na gestão do Haddad, depois essa política de subsídio foi ampliada nas gestões do Covas e do Ricardo Nunes”, continua o presidente do Sinpeem.

O benefício de sexta parte é o acréscimo de 1/6 (um sexto) dos vencimentos/salários pago ao servidor ocupante de cargo efetivo após completado 20 anos de exercício, concedido automaticamente sem necessidade de requerimento. “Nós somos contra a política de subsídio. Queremos a manutenção de quinquênios, sexta parte, evolução funcional, promoção, progressão funcional. São todos os dispositivos que estão vinculados à questão da carreira e da remuneração”, completou Cláudio Fonseca.

FIM DO CONFISCO

Os trabalhadores da educação também pedem a revogação do confisco das aposentadorias, implementado pela “reforma” previdenciária municipal no bojo da reforma previdenciária federal do governo Bolsonaro. “Aposentados e pensionistas atualmente pagam 14% sobre o valor que excede o salário mínimo. Isso se caracterizou como um verdadeiro confisco nos rendimentos dos aposentados. Queremos discutir alteração nesse percentual, queremos o retorno dos 11% que era anteriormente à reforma previdenciária implantada por Bolsonaro e, no âmbito do município, aprovada no governo do prefeito Ricardo Nunes”, destacou Cláudio.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Cláudio Fonseca também destacou a necessidade da contratação de quadros para suprir a falta existente atualmente e garantir melhoria da estrutura física das escolas. “[E preciso] ampliar a quantidade de professores na rede que falta, ampliar a quantidade de pessoal de apoio, auxiliar-técnico de educação, agente escolar. Terminar as reformas em curso nas escolas, que não estão permitindo o funcionamento regular do equipamento”, completou.

A mobilização da campanha salarial de 2024 teve início neste mês de fevereiro, com a discussão da pauta e mobilização de cada escola em todas as regiões da cidade.

“Governo não negocia e insiste em reajuste zero”, denunciam docentes federais após reunião com ministério

Em mais uma rodada de negociação com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) sobre a reestruturação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), os docentes saíram frustrados após os representantes do governo não avançarem nas pautas do setor.

De acordo com os dirigentes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), além de reafirmar o reajuste zero para 2024, o governo nem sequer debateu as propostas para a carreira apresentadas pela entidade.

“Desorganização e ausência de respostas”, afirma a entidade sobre a reunião com representantes do ministério na quinta-feira (22). A entidade afirma que nesta terceira rodada da Mesa Específica e Temporária da Carreira “o governo deveria apresentar uma resposta às propostas protocoladas pelas entidades sindicais, entre elas o ANDES-SN, acerca da reestruturação das carreiras”, conforme o Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal entregue pelo sindicato ao ministério em

outubro, mas que no encontro, nada aconteceu.

“Os representantes do MGI e do Ministério da Educação propuseram, apenas, a aplicação, de forma linear, do índice de 9%, parcelado em 2025 e 2026, sobre a malha das carreiras MS e EBTT. Além disso, reafirmaram o reajuste zero para 2024”, afirma o Andes.

“Os representantes do governo demonstraram total despreparo e desconhecimento dos princípios que deveriam nortear as nossas carreiras”, criticou Clarissa Rodrigues, 2ª vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN. “Após mais de um ano de governo, essa foi mais uma mesa de enrolação”, acrescentou a diretora, que também integra a coordenação nacional do grupo de trabalho de Carreira do Sindicato Nacional.

Na próxima quarta-feira (28), o Fonasefe, o Fórum Nacional de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) e centrais sindicais se reúnem novamente com o MGI para discutir o reajuste salarial e demais pautas unificadas do funcionalismo federal.





Abed Rahim Khatib/Anadolu

Crianças esperam por comida em Rafah

Médico dos EUA retrata a "aniquilação" perpetrada pelas forças israelenses

O Dr. Galaria, cirurgião plástico e reconstrutivo da Virgínia que foi a Gaza como voluntário da organização MedGlobal, testemunhou no Los Angeles Times como realizou 10 a 12 cirurgias por dia, amputando braços e pernas usando uma serra do tempo da Guerra Civil norte-americana, e o inaudito sofrimento da população sob o bombardeio inclemente, deslocamento forçado e fome.

Em depoimento publicado pelo principal jornal da costa oeste dos EUA, o Los Angeles Times, o médico norte-americano Irfan Galaria, que é cirurgião plástico e reconstrutivo na Virgínia e que em janeiro foi a Gaza, como parte de um grupo voluntário de médicos e enfermeiros promovido pela organização humanitária MedGlobal, disse que o que testemunhou durante dez dias no enclave sob ataque israelense “não foi guerra, foi aniquilação”.

Ele, que já trabalhou em outras zonas de guerra, apontou que mais de 28 mil palestinos foram mortos nos bombardeios, disse que chegou uma hora em que parou de computar quantos órfãos tinha operado, relatou que a sala de operação frequentemente era sacudida por bombardeios incessantes, às vezes tão frequentes como a cada 30 segundos, e registrou que a maioria dos pacientes dormia em suas casas, quando foi bombardeada.

“Do Cairo, capital do Egito, dirigimos 12 horas para o leste até a fronteira com Rafa. Entrar no sul de Gaza em 29 de janeiro, para onde muitos fugiram do norte, parecia as primeiras páginas de um romance distópico”, ele observou.

“Nossos ouvidos estavam entorpecidos com o zumbido constante do que me diziam que eram os drones de vigilância que circulavam constantemente. Nossos narizes foram consumidos com o mau cheiro de 1 milhão de seres humanos deslocados que vivem nas proximidades, sem saneamento adequado.” Nossos olhos – ele descreveu – se perderam no mar de barracas.

A primeira noite, ele acrescentou, “foi fria e muitos de nós não conseguimos dormir. Ficamos na varanda ouvindo as bombas e vendo a fumaça subir de Khan Yunis”. Eles ficaram alojados numa casa em Rafah.

“Quando nos aproximamos do Hospital Europeu de Gaza, no dia seguinte, havia filas de tendas que se alinhavam e bloqueavam as ruas. Muitos palestinos gravitaram em torno deste e de outros hospitais esperando que representasse um santuário da violência – eles estavam errados.”

“As pessoas também invadiram o hospital: vivem em corredores, corredores de escadas e até armários de armazenamento. As passarelas outrora largas projetadas pela União Europeia para acomodar o tráfego intenso de equipes médicas, macas e equipamentos agora foram reduzidas a uma passagem de fila única”, relatou o médico.

De ambos os lados, cobertores pendurados no teto para isolar pequenas áreas para famílias inteiras, oferecendo um pouco de privacidade. “Um hospital projetado para acomodar cerca de 300 pacientes agora estava lutando para cuidar de mais de 1.000 pacientes e centenas de outros em busca de refúgio”, ele registrou.

HOSPITAIS EM COLAPSO

O Dr. Galaria relatou que havia um número limitado de cirurgias locais disponíveis – muitos tinham sido mortos ou presos, o seu paradeiro ou mesmo a sua existência desconhecida. Outros ficaram presos em áreas ocupadas no norte ou em lugares próximos, onde era muito arriscado viajar para o hospital.

Assim, restara apenas um cirurgião plástico local e que cobria o hospital 24 horas por dia, 7 dias por semana. “Sua casa havia sido destruída, então ele morava no hospital e conseguiu colocar todos os seus pertences pessoais em duas pequenas bolsas de mão”.

Uma narrativa muito comum entre os demais funcionários do hospital, ele observou. “Este cirurgião teve sorte, porque sua esposa e filha ainda estavam vivas, embora quase todos os outros que trabalhavam no hospital estivessem de luto pela perda de seus entes queridos.”

CIRURGIAS COMO NA IDADE MÉDIA

“Eu comecei a trabalhar imediatamente, realizando de 10 a 12 cirurgias por dia, trabalhando 14 a 16 horas por vez. A sala de operação frequentemente era sacudida por bombardeios incessantes, às vezes tão frequentes como a cada 30 segundos”, o Dr. Galaria descreveu.

“Nós realizamos operações sob padrões de assepsia que seriam impensáveis nos Estados Unidos. Tínhamos acesso limitado a equipamento médico crítico. Fizemos amputações de braços e pernas diariamente, usando uma serra Gigli, um instrumento da era da Guerra Civil, essencialmente um segmento de arame farpado”.

Muitas amputações poderiam ter sido evitadas – ele acrescentou – “se tivéssemos acesso a equipamento médico padrão. Era uma luta tentar cuidar de todos os feridos dentro do que restara de um sistema de saúde que tinha colapsado totalmente”.

“Ouvi meus pacientes enquanto eles sussurravam suas histórias para mim, enquanto eu os levava para a sala de cirurgia para a cirurgia. A maioria dormia em suas casas, quando foi bombardeada”, relatou o Dr. Galaria.

CRIANÇAS DE 5 A 8 ANOS EXECUTADAS

“Os sobreviventes enfrentaram horas de cirurgia e várias idas à sala de cirurgia, enquanto lamentavam a perda de seus filhos e cônjuges. Seus corpos estavam cheios de estilhaços que tiveram que ser retirados cirurgicamente de sua carne, um pedaço de cada vez”, destacou o médico norte-americano.

Em uma ocasião – ele apontou -, um punhado de crianças, todas “com idades entre 5 e 8 anos”, foram levadas ao pronto-socorro por seus pais. “Todos tiveram um único tiro de franco-atirador na cabeça. Eram famílias que estavam voltando para suas casas em Khan Yunis, a cerca de 2,5 quilômetros de distância do hospital.”

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Manifestantes ocupam centro de Tel Aviv pelo afastamento de Netanyahu



Tomer Appelbaum/Haaretz

Polícia israelense tentou dispersar manifestantes a cacetetes e canhões de água

Voz Judaica pela Paz condena em NY o massacre perpetrado por Israel contra o povo palestino

Convocados pelo Voz Judaica pela Paz (JVP), milhares de manifestantes se concentraram em frente à sede do lobby pró-Israel que atende por Comitê de Assuntos Públicos Estadunidenses-Israelenses (Aipac), na quinta-feira (22) para condenar o massacre perpetrado pelo Estado de Israel contra o povo palestino em Gaza. “Como judeus, nos negamos a permitir que o Aipac fale em nosso nome”, enfatizou Voz Judaica, ao denunciar a parceria do governo Biden no financiamento da matança e na sustentação política colonialista de Israel nas Nações Unidas.

Com a participação de rabinos e descendentes de vítimas do Holocausto, a multidão bloqueou as ruas próximas, entoando palavras de ordem e erguendo um grande mural assinalando que “O Aipac financia o genocídio”.

O protesto se espalhou por edifícios próximos, incluindo os escritórios dos senadores Chuck Schumer – líder da maioria – e Kirsten Gillibrand, financiados com milhões de dólares pelo lobby Aipac para defender a campanha militar genocida e a ocupação ilegal das terras palestinas. Mais de duas dezenas de pessoas foram presas.

Ambos do Partido Democrata, os senadores votaram a favor do pacote de US\$ 14,1 bilhões de ajuda emergencial para Israel no início deste mês. O projeto ainda precisa da aprovação da Câmara.

De forma simbólica, os manifestantes utilizaram sacos de lixo vermelhos com as palavras “Dump Aipac” [Jogar fora a Aipac] estampadas, recordando o protesto da Ofensiva do Lixo dos Young Lords [organização de luta pelos direitos civis] em 1969, que chamou atenção para as necessidades da classe trabalhadora e dos nova-iorquinos latinos.

“Como judeu palestino que apoiou a luta pelo Departamento de Estudos Porto-riquenhos do Brooklyn College, sempre fui movido por atos de solidariedade entre as nossas comunidades. Quando os Young Lords lideraram a Ofensiva do Lixo em 1969, a sua plataforma também incluía apoio aos palestinos”, declarou Esther Farmer, membro do JVP. “Estou honrado em trazer esse legado de solidariedade de volta às ruas”, sublinhou.

“Fui criado para sentir muito profundamente dentro de mim que quando um genocídio acontecia, meu trabalho era me levantar e lutar”, disse Louia Solomon, estudante rabinica que foi presa. “Para muitos de nós, ser solidários com a Palestina e enfrentar os nossos representantes eleitos que permitem o genocídio é a expressão lógica dos valores judeus”, acrescentou.

A Voz Judaica pela Paz tem liderado uma série de ações de protesto por todos os Estados Unidos exigindo que o governo Biden pressione Israel a parar a covarde agressão.

Mas a pressão para que o assassinato de crianças, mulheres e idosos palestinos tenha se acelerado na Faixa de Gaza foi dobrada desde 7 de outubro, alerta a JVP, uma vez que os fundos do Aipac têm aumentado com a frequência do despejo de bombas sobre civis indefesos, alcançando US\$ 90 milhões nos últimos cinco meses.

Os representantes da Voz Judaica pela Paz afirmam que o banho de sangue promovido pelo exército israelense ajudou a “reforçar a influência da Aipac sobre os membros do Congresso estadunidense que se opõem a um cessar-fogo em Gaza”. Além disso, despejam recursos “para intensificar campanhas agressivas contra aqueles que se manifestaram contra o bombardeio indiscriminado de Gaza pelo exército israelense”. “São milhões de dólares e campanhas de difamação racista para garantir a cumplicidade do Congresso no genocídio dos palestinos por parte do governo israelense”, sublinhou.

Várias pesquisas têm apontado que a maioria dos estadunidenses acredita que deveria haver um cessar-fogo permanente e que Washington deveria liderar o caminho para a sua garantia. Por uma pesquisa do Data for Progress publicada em dezembro, 61% dos entrevistados eram favoráveis à paz imediata, contra somente 28% opostos à ideia.

“As pesquisas mostram que a grande maioria da população quer que a guerra em Gaza acabe. Mas, no entanto, por causa de grupos de pressão pró-apartheid como o Aipac, a maioria das autoridades eleitas ainda se recusa a pedir um cessar-fogo”, esclareceu Ezra Klein, membro da Voz Judaica pela Paz.

A ativista Sarah Koshar acredita que o grupo de lobby pró-apartheid israelense não representa as vozes judaicas nos EUA. “Nos negamos a permitir que a Aipac fale em nosso nome como judeus. A medida que o número de palestinos mortos por Israel ultrapassa os 30 mil e mais de 70 mil feridos, apelamos ao nosso governo para que ouça a vontade do povo e rejeite a Aipac como o extremista fomentador da guerra que sempre foi”, concluiu.

VJP denuncia parceria de Biden na matança em Gaza

agressivas contra aqueles que se manifestaram contra o bombardeio indiscriminado de Gaza pelo exército israelense”. “São milhões de dólares e campanhas de difamação racista para garantir a cumplicidade do Congresso no genocídio dos palestinos por parte do governo israelense”, sublinhou.

Várias pesquisas têm apontado que a maioria dos estadunidenses acredita que deveria haver um cessar-fogo permanente e que Washington deveria liderar o caminho para a sua garantia. Por uma pesquisa do Data for Progress publicada em dezembro, 61% dos entrevistados eram favoráveis à paz imediata, contra somente 28% opostos à ideia.

“As pesquisas mostram que a grande maioria da população quer que a guerra em Gaza acabe. Mas, no entanto, por causa de grupos de pressão pró-apartheid como o Aipac, a maioria das autoridades eleitas ainda se recusa a pedir um cessar-fogo”, esclareceu Ezra Klein, membro da Voz Judaica pela Paz.

A ativista Sarah Koshar acredita que o grupo de lobby pró-apartheid israelense não representa as vozes judaicas nos EUA. “Nos negamos a permitir que a Aipac fale em nosso nome como judeus. A medida que o número de palestinos mortos por Israel ultrapassa os 30 mil e mais de 70 mil feridos, apelamos ao nosso governo para que ouça a vontade do povo e rejeite a Aipac como o extremista fomentador da guerra que sempre foi”, concluiu.



Divulgação

É crescente a violência policial exercida contra manifestantes, denuncia líder opositor Yair Lapid

As manifestações pelo afastamento de Netanyahu, que foram gigantescas até o dia 7 de outubro, dia do ataque da Resistência palestina a Israel, voltam a crescer semana após semana, com o crescente isolamento internacional de Israel, a situação cada dia mais grave dos reféns israelenses ainda em Gaza, com as denúncias e manifestações do genocídio perpetrado pelo atual governo fascista.

A deste sábado foi a maior desde o início de outubro do ano passado e também foi a mais reprimida.

O líder opositor Yair Lapid qualificou a violência policial de “perigosa, antidemocrática” e declarou que ela “não pode continuar”.

“O direito ao protesto, é um direito fundamental e não pode ser arrancado dos que se manifestam, particularmente através de cassetetes e canhões de água”, prosseguiu Lapid.

Os organizadores da manifestação em Tel Aviv também condenaram a repressão e o ministro responsável por ela, o fanático Ben Gvir, o “ministro do governo de destruição”.

VOZ DOS CIDADÃOS

“A voz dos cidadãos israelenses demandando uma mudança com a saída da mais fracassada liderança da história do país não será silenciada, vai simplesmente crescer”, diz o manifesto lido no ato.

Outra característica da repressão crescentemente violenta foi a velocidade com que os policiais entraram em ação, dando a entender que já foram orientados a reprimir.

Enquanto os manifestantes ouviam os primeiros pronunciamentos em uma das extremidades da rua Kaplan, que foi ocupada pelo ato, na outra extremidade começaram as primeiras prisões.

Assim que a informação circular pelas redes sociais, foi crescendo o número de israelenses que saíram de suas casas para se unirem aos que estavam no ato.

Neste momento os po-

liciais montados partiram para cima dos manifestantes e os jatos de água começaram a ser lançados contra os presentes à manifestação.

Um outro grupo de manifestantes veio subindo a Avenida Begin, era um grupo formado principalmente por familiares de reféns que ainda se encontram nas mãos do Hamás.

Eles levavam cartazes grandes com a foto dos parentes ainda ausentes porque o governo de Netanyahu segue se negando a aceitar as propostas de trégua e de início de negociações de paz que lhe têm sido feitas pelas lideranças da Resistência palestina.

PRISÕES

Assim que este grupo chegou à rua Kaplan foi recebido com fortes aplausos e brados pelos que já estavam lá, a esta altura encharcados pela água lançada contra eles: “Tragam-nos para casa!”.

O brucutu dirigiu os seus jatos de água contra os familiares de reféns que acabavam de chegar ao ato.

Com toda essa violência, o ato terminou com 21 presos e quatro feridos.

Enquanto os manifestantes ocupavam as ruas de Israel, o colunista do jornal israelense, Haaretz, Gideon Levy, denunciava que o número de crianças e adolescentes menores de idade, mortos pelo bombardeio israelense a Gaza, ultrapassava os dez mil em quatro meses, no que ele calculou em uma criança a cada 15 minutos.

Ao lado deste aterecedor morticínio, há 10.000 crianças que perderam os dois pais, muitas das quais estão entre aquelas que viram irmão e irmãos também serem enterrados em meio ao genocídio contra o qualse insurgiu o presidente brasileiro, Lula.

Como conclui Levy, um horror deste tamanho não tem qualquer explicação, a não ser por ser perpetrado por um exército e governo aos quais carecem quaisquer fronteiras determinadas por lei ou moralidade. Tudo isso acontece a uma hora de viagem de Tel Aviv

Manifestantes em Londres, Paris, Madri e Berlim exigem que Assange não seja extraditado para os Estados Unidos

Manifestantes se concentraram na escadaria que dá acesso Tribunal Superior de Londres, na terça-feira (20), para exigir que Julian Assange não seja extraditado para os EUA.

Na Corte chega ao fim, nesta quarta-feira (21), a audiência em que o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, tenta um último recurso para evitar a sua extradição para os Estados Unidos, onde é injustamente acusado de espionagem pelo seu trabalho jornalista que revelou ao mundo hediondos crimes de guerra por meio dos seu portal Wikileaks.

A previsão é que, uma vez extraditado, enfrentaria um tribunal altamente parcial e seria sujeito a uma pena de 175 anos. Iria à morte em uma solitária e sem condições de preservação de sua saúde física e mental.

Repudiando a extradição e exigindo que o recurso livrando-o da prisão e do envio aos esbirros norte-americanos seja acatado, manifestações ocorreram em Londres, Madrid, Roma, Amsterdam, Berlim e Paris.

Assange ficou famoso por expor crimes de guerra cometidos por Washington principalmente durante as invasões ao Iraque e ao Afeganistão e na prisão de Gantánamo.

Na manifestação, Stella Assange, esposa do fundador do WikiLeaks, fez ouvir a sua voz na audiência no tribunal de

Sarandon apoia denúncia de Lula contra o genocídio israelense na Faixa de Gaza

A atriz norte-americana Susan Sarandon, indicada cinco vezes ao Oscar e vencedora do prêmio de 1995, respaldou as denúncias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que comparou o morticínio deliberado de milhares de mortes de crianças e mulheres por Israel na Faixa de Gaza ao extermínio nazista promovido por Hitler contra os judeus.

Aos 77 anos, Sarandon, uma das vozes de Hollywood que ganhou projeção internacional ao condenar os crimes do primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, alertou para a gravidade da situação e condenou o envio de armas por parte dos EUA aos criminosos. “Tenho o direito de me opor a que meus impostos sejam utilizados em um genocídio”, enfatizou.

Na semana passada, Susan Sarandon voltou a se manifestar ao lado do gabinete da deputada democrata palestina eleita pelo Michigan, Rashida Tlaib. Na oportunidade, acusou vários parlamentares de apoiarem os crimes israelenses em troca de



Video

“O que acontece em Gaza não é guerra é genocídio” apoio em votos e verba do lobby sionista nos EUA.

“Precisamos ter um cessar-fogo permanente e salvar as vidas de todas as pessoas que estão agora basicamente encurraladas, a ser alvejadas como peixes num aquário. Isto é um genocídio”, reiterou Sarandon.

Desde o dia 7 de outubro, Netanyahu já comandou o assassinato de 30 mil palestinos, sobretudo mulheres e crianças, feriu 70 mil, deslocou 1,5 milhão de pessoas e destruiu as residências e a infraestrutura de Gaza.

Em mensagem através da rede X, Susan Sarandou repro-

duziu fotos de Lula com trechos da mensagem dele quando esteve na capital da Etiópia para acompanhar a Cúpula da União Africana:

– O que está acontecendo em Gaza não é uma guerra é um genocídio

– Não é uma guerra de soldados contra soldados

– É uma guerra de um exército altamente treinado contra mulheres e crianças

– O que está acontecendo em Gaza contra os palestinos já aconteceu no passado

– Quando Hitler decidiu exterminar os judeus



Ministro Vieira apresenta a posição brasileira ao encontro do G20 no Rio G20 toma posição unânime pela Solução dos Dois Estados

O G20 tem “virtual unanimidade” sobre a necessidade de dois Estados como solução do conflito entre Israel e Palestina, afirmou o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, após o segundo e último dia da Reunião de Chanceleres do grupo das 20 maiores economias do mundo, no Rio de Janeiro, na quinta-feira (22).

O Brasil preside o G20 em 2024 e, entre os temas que levou para debate, estão também a reforma da governança global – como o Conselho de Segurança da ONU, OMC, FMI e Banco Mundial – e o combate à fome.

A reunião é uma prévia da cúpula anual do G20, que vai ocorrer em 18 e 19 de novembro, também no Rio de Janeiro.

O ministro assinalou que houve diversos pedidos pela liberação imediata do acesso para a ajuda humanitária a Gaza, apelos pela cessação das hostilidades, manifestações de preocupação com o deslocamento forçado de 1,1 milhão de palestinos para o sul da Faixa, bem como pela imediata libertação dos reféns em poder do Hamas.

“Muitos se posicionaram contrariamente à operação de Israel em Rafah, pedindo que o governo de Israel reconsidere e suspenda imediatamente essa decisão”, destacou Vieira.

Segundo as agências de notícias, o chefe da diplomacia do bloco europeu, Josep Borrell, havia pedido que o Brasil fosse “o porta-voz da solução dos dois Estados” para a região e que defendesse a questão para o mundo.

Em seu balanço da reunião, Vieira salientou que “não interessa ao Brasil viver em um mundo fraturado” e expressou o compromisso do país de trabalhar pela superação dos atuais desafios internacionais.

“Para o Brasil, é algo urgente e prioritário. Todos concordaram quanto ao fato de que as principais instituições multilaterais [...] precisam de reformas para se adaptarem aos desafios do mundo atual”, sublinhou.

Na véspera, ao abrir o encontro Vieira havia afirmado que o Brasil não aceita um mundo em que as diferenças sejam resolvidas pela força militar e dito que a ONU está “paralisada”.

“Nossas posições sobre os casos ora em discussão no G20, em particular a situação na Ucrânia e na Palestina, são bem conhecidas e foram apresentadas publicamente nos foros apropriados, como o Conselho de Segurança da ONU e a Assembleia Geral da ONU”.

Leia mais no site da Hora do Povo

Cúmplice no genocídio, EUA veta cessar-fogo em Gaza pela 3ª vez na ONU

Os Estados Unidos vetaram novamente nesta terça-feira (20) uma proposta de resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentada pela Argélia, que determinava um cessar-fogo humanitário imediato.

Treze membros do conselho votaram a favor e o Reino Unido se absteve, o que garantiria sua aprovação, se não houvesse veto de algum dos cinco membros permanentes. Esse foi o terceiro veto dos EUA desde o início da guerra de Israel a Gaza.

A urgência da instauração do cessar-fogo se tornou ainda maior diante da ameaça do regime Netanyahu de atacar a cidade de Rafah, para onde forçou 1,5 milhão de civis a se deslocarem, e com Israel já tendo matado ou ferido 100 mil palestinos, destruído hospitais, escolas, mesquitas e padarias, e mantendo um cerco a Gaza para nazista nenhum botar defeito, sem comida, água, combustível ou remédios.

A proposta da Argélia também reiterava as exigências do conselho para que Israel e o Hamas “cumpram escrupulosamente” o direito internacional, especialmente a proteção de civis e

o “compromisso inabalável” do conselho com uma solução de dois Estados, Israel e Palestina, vivendo lado a lado em paz.

“Um voto a favor desse projeto de resolução é um apoio ao direito dos palestinos à vida. Por outro lado, votar contra implica um endosso à violência brutal e à punição coletiva infligida a eles”, disse o embaixador da Argélia na ONU, Amar Bendjama, antes da votação.

“Esta resolução apresenta a verdade e a humanidade contra os defensores do assassinato e do ódio”, ele sublinhou.

A representante do presidente Genocide Joe no CS da ONU, embaixadora Linda Thomas-Greenfield, vetou o “cessar-fogo imediato e incondicional”, como vinha prometendo, sob a cínica alegação de que “atrapalharia” negociações visando a libertação de reféns e uma “paz duradoura”.

O enviado israelense Gilad Erdan se esmerou: “um cessar-fogo é uma sentença de morte para muitos mais israelenses e habitantes de Gaza.”

Após a votação, o embaixador argelino Bendjama disse que o veto dos EUA deve ser entendido como “aprovação da fome como meio de guerra contra centenas de milhares de palestinos”.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Ocupação israelense da Palestina no banco dos réus da Corte de Haia



Corte de Justiça da ONU ouviu o representante palestino e muitos outros países

Italianos ocupam as ruas contra massacre de palestinos por Israel

Nas ruas de Milão, na região norte da Lombardia, mais de 15 mil manifestantes exigiram no sábado (24) um cessar-fogo na Palestina, enquanto na cidade toscana de Florença uma cadeia humana de mais de mil pessoas se estendia ao longo do rio Arno, desde o Ponte de Santa Trindade até à ponte de Carraia, se manifestando contra os bombardeios e o morticínio de civis, principalmente de mulheres e crianças.

Protestos semelhantes ocorreram nas cidades de Palermo, Nápoles e Turim, bem como em outros grandes centros urbanos e em pequenas cidades de toda a Itália, apontou a Rede.

Milhares de pessoas participaram em manifestações convocadas pela Rede Italiana para a Paz e o Desarmamento, que se espalharam por todo o país exigindo que se “acabe com o massacre e a limpeza étnica dos palestinos” por Israel, e por a um acordo de paz na Ucrânia.

Aos protestos se somaram organizações como a União das Mulheres Italianas (UDI), a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), a Coordenadora para a Democracia Constitucional, a Associação Nacional dos Partisans Italianos (ANPI), bem como as organizações ambientalistas Legambiente e Greenpeace, entre outras.

Nicola Ricci, secretário-geral

Nos dois anos da guerra, Stoltenberg admite: “situação da Ucrânia é extremamente grave”

Completados dois anos da guerra da OTAN/Ucrânia contra a Rússia, o ocidente e seu teleguiado, Vladimir Zelensky, não têm muito o que comemorar. O secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, afirmou neste sábado (24), durante uma reunião em Bruxelas, que “a situação da Ucrânia no campo de batalha é extremamente grave”.

“A situação no campo de batalha continua extremamnte grave”, advertiu Stoltenberg.

A fala, obviamente, tem como objetivo principal tentar convencer o Congresso Americano a liberar mais recursos para a Ucrânia, já que a contra-ofensiva do final do ano passado fracassou completamente. Mas, seu conteúdo não deixa de pintar a realidade desastrosa das tropas ucranianas nos campos de batalha. Os países da União Europeia já não conseguem fazer muita coisa e também afundam em crise. Vários países do bloco já presenciaram grandes manifestações populares, de trabalhadores e até de produtores rurais contra a ajuda militar à Ucrânia.

O presidente americano Joe Biden já sabe que a batalha na Ucrânia está perdida mas tenta de todas as maneiras adiar a derrota final para depois das eleições. Ele não quer repetir o vexame que foi a retirada às pressas de suas tropas do Afeganistão depois da surra tomada naquele país. O esforço para liberar o pacote com os US\$ 60 bilhões, que os republicanos não querem permitir, tem esse objetivo, de não perder a eleição por antecipação.

A conquista da cidade de



Manifestação em Milão de solidariedade aos palestinos e repúdio aos crimes da ocupação

da CGIL na região da Campânia, afirmou que “deve ser enviado um sinal para reafirmar o papel da Europa na construção de um caminho que conduz à paz”.

“É necessário reduzir os gastos militares em favor dos gastos sociais e parar a indústria armamentista, para reconstruir um clima de coexistência e segurança para todos os povos”, acrescentou Ricci durante a manifestação.

Ilaria Lani, líder sindical da CGIL em Florença, exigiu durante o evento que “nosso país, como diz a Constituição, esteja na primeira fila para repudiar a guerra e construir

uma política de paz”.

O diretor-geral da Legambiente, Giorgio Zampetti, expressou que o mundo vive uma crise profunda marcada por conflitos e guerras que tem por trás fortes interesses econômicos imperialistas “que causam mortes de inocentes, devastação e novas formas de ódio e violência em diferentes partes do planeta.”

“E por isso que hoje, juntamente com muitas outras entidades da sociedade civil, acreditamos que era fundamental estarmos presentes nas praças com as nossas bandeiras, para pedir imediatamente a paz”, acrescentou Zampetti.



Avanço das tropas russas fez chefe da Otan Stoltenberg admitir que a situação da Ucrânia está muito grave

Avdeevka, na região do Donbass, na semana passada pelas forças russas representou uma derrota estratégica para Zelensky. Ele já havia passado por uma crise no comando de suas forças e, assim que o novo comandante assumiu, as tropas que lutavam em Avdeevka já estavam abandonando as trincheiras e largando milhares de armas e munições que foram capturadas pelos russos.

Forças ucranianas abandonaram Avdeevka, na região do Donbass (reprodução)

Sem falar que mais de mil soldados ucranianos, muitos deles feridos, foram deixados para trás e também foram capturados pelas tropas russas.

Mesmo tendo que reconhecer que a situação da Ucrânia é “grave” e que a

OTAN está tomando uma surra dos russos, Jens Stoltenberg segue com suas bravatas de sempre. Afirmou que a aliança “está se articulando para que Kiev realmente se torne mais um país-membro”.

[...] A Ucrânia está agora mais próxima da OTAN do que nunca [...]. A Ucrânia vai aderir à OTAN. Não é uma questão de se, mas de quando”, apontou. Ele reafirmou o compromisso dos “aliados” em continuar a fornecer armas e apoio econômico a Kiev.

A Rússia, por sua vez, pediu, através do seu chanceler Sergei Lavrov, para que países do Ocidente deixem de armar a Ucrânia para que um diálogo possa ser alcançado. Nesta semana, Lavrov voltou a fazer o mesmo pedido em viagem ao Brasil para a cúpula de chanceleres do G20.

Leia mais no site do HP

“A ocupação é ilegal e deve chegar a um fim imediato, completo e incondicional”, disse à CIJ o embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour. Mais de 50 países foram ouvidos até o dia 26 – um número sem precedentes na história da corte

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), a mais alta instância de justiça da ONU, também conhecida como Corte de Haia, iniciou na segunda-feira (19) uma revisão da legalidade da ocupação israelense nos territórios palestinos, que já dura 57 anos, solicitada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na resolução 77/247, de dezembro de 2022.

Mais de 50 países – um número sem precedentes na história da corte – e a União Africana, a Liga Árabe e a Organização de Cooperação Islâmica serão ouvidos pelo tribunal sobre a ocupação e suas consequências.

Trata-se de um processo independente do caso apresentado pela África do Sul, que acusa Israel de cometer atos genocidas em sua atual ofensiva em Gaza.

Desde a guerra de 1967, Israel ocupa o que é reconhecido pelo direito internacional como terra palestina, Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Gaza. As audiências irão até o dia 26.

O parecer consultivo que deverá ser determinado pela CIJ, embora não tenha força vinculante, carrega autoridade legal e moral significativa, ainda mais quando está em foco a existência de apartheid, a instauração de assentamentos de colonos – isto é, roubo de terra alheia – e cinco décadas de violência e opressão contra os moradores palestinos – o que se agrava diante do genocídio em curso em Gaza há mais de quatro meses.

A Assembleia Geral da ONU pediu ao tribunal um parecer consultivo sobre as consequências jurídicas da “ocupação, assentamento e anexação de Israel (...) incluindo medidas destinadas a alterar a composição demográfica, o caráter e o status da Cidade Santa de Jerusalém e a partir da adoção de legislação e medidas discriminatórias conexas”.

A resolução da ONU também pede que a CIJ aconselhe sobre como essas políticas e práticas “afetam o status legal da ocupação” e quais consequências legais surgem para todos os países e para a ONU desse status.

APARTHEID E RACISMO

Representantes da Palestina pediram o fim da ocupação dos territórios palestinos e do sistema de apartheid imposto por Israel na Corte de Haia, entre eles o ministro das Relações Exteriores palestino, Riad Malki, o enviado da ONU para a Palestina, Riyad Mansour, e renomados juristas e acadêmicos.

Al Maliki afirmou que “a ONU consagrou em sua carta o direito de todos os povos à autodeterminação e prometeu livrar o mundo do colonialismo e do apartheid. No entanto, durante décadas, os palestinos tiveram esse direito negado.”

“Mais de 3,5 milhões de palestinos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, estão sujeitos à colonização de seu território e à violência racista que o permite”, disse ele. Ele também mencionou os cidadãos palestinos de Israel que são tratados como “cidadãos de segunda classe” em sua “terra ancestral”.

Mansour disse que Is-

rael deve arcar com as consequências de ações que contrariam o direito internacional, e não ser recompensado por elas. Ele descreveu em lágrimas como o direito internacional falhou em proteger as crianças palestinas.

“Pedimos que confirmem que a presença israelense no território palestino ocupado é ilegal e que sua ocupação deve chegar a um fim imediato, completo e incondicional”, disse. “Sem responsabilização, não há justiça; e sem justiça não pode haver paz”.

A equipe jurídica sublinhou que “o coração do projeto colonial de assentamento de Israel é um ... sistema que provê amplos direitos para ... os colonos israelenses na Margem Ocidental, enquanto impõe sobre os palestinos dominação militar sem as proteções básicas”, citando a Relatora da ONU para as questões palestinas, Francesca Albanese.

Esses juristas registraram, ainda, que somente dois países no mundo defendem a legalidade da ocupação israelense da Palestina, os EUA e as ilhas Fiji: “Quaisquer que sejam as violações da lei internacional que Israel comete, os EUA sempre buscam o escudar da responsabilização”.

Os juízes da CIJ devem levar vários meses para deliberar antes de emitir um parecer consultivo. Israel não participa nas audiências desta semana e reagiu com raiva ao pedido da ONU de 2022, com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu chamando-o de “desprezível” e “vergonhoso”.

FIM À OCUPAÇÃO

“Acabar com a ocupação ilegal de Israel é um pré-requisito para parar as recorrentes violações dos direitos humanos em Israel e nos territórios palestinos ocupados”, afirmou, em paralelo às audiências da Corte de Haia, a Anistia Internacional, através de sua secretária-geral, Agnès Callamard.

Ela enfatizou que “a ocupação da Palestina por Israel é a mais longa e uma das ocupações militares mais mortais do mundo”, notando que “há décadas que se caracteriza por violações generalizadas e sistemáticas dos direitos humanos contra os palestinos”.

Callamard acrescentou que a ocupação também permitiu e consolidou o sistema de apartheid imposto por Israel aos palestinos. “Ao longo dos anos, a ocupação militar de Israel evoluiu para uma ocupação perpétua em flagrante violação do direito internacional”.

Ainda segundo a Anistia Internacional, o atual conflito que assola a Faixa de Gaza ocupada, onde a CIJ decidiu que há um risco real e iminente de genocídio, “colocou em foco as consequências catastróficas de permitir que os crimes internacionais de Israel nos territórios palestinos ocupados continuem impunes por tanto tempo.”

Também a Human Rights Watch se manifestou na segunda-feira em apoio às audiências, e registrando que qualquer opinião emitida poderia “carregar grande autoridade moral e legal e pode, em última análise, se tornar parte do direito internacional consuetudinário, que é juridicamente vinculativo para os Estados”.

A República e a revolução - (2)

Quando Rui Barbosa escreve e publica, no Diário de Notícias, o artigo “Plano contra a pátria” (9 de novembro de 1889), o tenente-coronel Benjamin Constant lhe diz: “O seu artigo de hoje fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da Revolução

CARLOS LOPES

“Estamos, sobretudo, paupérrimos! O país deve muito ao estrangeiro, e aos próprios cidadãos; pedindo todos os dias dinheiro emprestado, pagando sempre juros de empréstimo, e nunca podendo quitar-se de grandes obrigações.

“Um país que vive sempre a pedir dinheiro emprestado é um país pobre”...” (idem)

Dáí a conclusão de Silva Jardim, que era corrente entre os republicanos – até porque espelhava a verdade:

“Será preciso um dia dizer com franqueza que este **Império do Brasil**, de que tanto enchemos a boca, é um fetiche de palha, que pode cair ao primeiro empurrão, um pobre e desgraçado país, sem liberdade religiosa e de pensamento, sem instrução, sem administração, sem justiça, e acima de tudo sem dinheiro algum, um pobre diabo que anda a contrair empréstimos diariamente!

“... Nós precisamos, meus senhores, ter a modéstia de dizer que somos muito fracos, uns pobretões...

“Decididamente, cidadãos, é irremediável a situação financeira do Brasil dentro da monarquia; deixai que os **pseudo-estadistas** se deem tratos à imaginação para o suposto equilíbrio de seus imaginosos orçamentos; não será com as águas do Amazonas, que de um momento para outro pagaremos as nossas dívidas, nem as folhas dos arvoredos correm como cédulas de banco” (Silva Jardim, idem, grifos no original).

Essa situação faz com que os republicanos se aproximem cada vez mais da revolução, como uma necessidade do país. Por isso, quando Rui Barbosa escreve e publica, no *Diário de Notícias*, o artigo “*Plano contra a pátria*” (9 de novembro de 1889), o tenente-coronel Benjamin Constant lhe diz:

“**O seu artigo de hoje fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da Revolução.**” (cf. Rui Barbosa, **Queda do Império**, Obras Completas, vol. XVI, tomo I, p. XIV).

E, realmente, o Exército tornara-se o elemento decisivo da revolução, inclusive antes da Proclamação. A própria Abolição fora decidida pela atitude do Exército – como registrou um historiador reacionário:

“Diante da recusa do Exército em prender negros fugidos, a anarquia se estabeleceu nas fazendas. Os escravos se levantaram; passaram a desconhecer a autoridade dos senhores. Desertavam das senzalas; partiam em massa; cerca de 10.000 desceram as encostas do Cubatão para o asilo de Santos. Outros se faziam conspiradores em conjurações perigosas. Outros, rebelando-se, assassinavam os senhores. Correram mesmo, certa vez, um boato temeroso, que encheria de pavor todo mundo rural: os escravos conspiravam uma sorte de Saint-Barthélemy senzaleiro, em que desaparecia, numa só hecatombe, toda a classe senhorial” (Oliveira Vianna, **O Ocaso do Império**, ABL, ed. 2006, pp. 63-64).

Da mesma forma, não é por acaso que o discurso de Silva Jardim no Congresso Republicano de São Paulo, na noite de 24 de maio de 1888, intitulou-se **A Revolução**.

2

É notável que os artigos que compõem **Queda do Império**, de Rui Barbosa, tenham sido escritos, para o *Diário de Notícias*, por um homem que, na época, era ainda, segundo suas próprias palavras, “since-ramente monarquista”.

Seu objetivo, ao publicá-los no jornal que dirigia, não era derrubar a monarquia e substituí-la pela república, mas (outra vez segundo suas próprias palavras) “republicanizar a monarquia”, isto é, democratizá-la.

Entretanto, foi inevitável o choque com a monarquia, devido ao atraso incomensurável desta. Aos poucos, torna-se claro para Rui que era impossível reformar o antigo regime, sobretudo com a princesa Isabel – e seu marido, o conde D’Eu – como sucessora.

Aliás, a primeira questão com que Rui se debate, nos artigos dessa época, é a tentativa da monarquia de usurpar a Abolição. Escreve ele:

“A extinção do elemento servil foi estritamente uma conquista popular.

“A coroa não teve nela a iniciativa, nem interferência dominante.

“Não reconhecemos à regência imperial glória, heroicidade, virtude: por isso que não as há em se submeter ao que não podia evitar.

“A Regência cedeu, mas depois de vacilar, e repugnar” (Rui Barbosa, **Queda do Império**, 03/04/1889, Obras Completas, vol. XVI, t. I, pp. 275-276).

Ou, antes disso:

“A lei de 13 de maio constitui, pois, um troféu revolucionário; troféu em que não há sangue, porque foi arrancado às inconsciências da política imperial, desarmada pela rebeldia incruenta dos escravos, com o apoio da opinião pública e do exército brasileiro. Não representa um benefício dos partidos, nem liberalidade alguma da coroa, mas a mais estrondosa submissão desta à intransigência de forças indisciplina- das e extralegais, assim como a mais inaudita decepção por que aqueles já passaram — um, vendo envolvidos os seus créditos conservadores na mais radical de todas as ousadias, o outro achando-se reduzido a protes- tar contra uma usurpação, que vinha mercedamente punir-lhe os conluios recentíssimos com o escravismo” (Rui Barbosa, **Que- da do Império**, 10/03/1889, OC, vol. XVI, t. I, p. 36).

A posição de Rui vai se radi- calizando contra a monarquia – a monarquia concreta de D. Pedro II -, apesar de continuar, conscientemente, monarquista em geral, ou seja, em teoria:

“Seca, peste e mau governo: três pestes numa só: o desgover- no público.

“Embora! contanto que se amanse a nação, e o exército se amanse. O campo está-se arrasando para a mediocracia geral do absolutismo, que nos há de vir de França, como a língua, a moda e a cozinha. As alturas abatem-se. A liberdade civil perdeu José Bonifácio. O civismo militar perdeu Sena Madureira... e, dizem-nos, agora mesmo, ao cerrar deste artigo, escrito como um pressentimen- to... o marechal Severiano da Fonseca, fulminado, hoje, ao amanhecer do dia, pela surpresa dos últimos atos do ministério em relação à escola militar” (**op. cit.**, 20/03/1889, p. 127).

Esse conflito do exército com a monarquia – que começa com o abolicionismo dos militares e evolui para o republicanismo – é precisamente desenhado por Rui, ao evocar os acontecimen- tos políticos:

“A Regência [da princesa Isabel] entregara-se de corpo e alma à reação escravista, perso- nificada no gabinete Cotegipe. Dera-lhe carta branca a todas as medidas de caráter mais acentuadamente antiabolicio- nista. Facultara-lhe autoridade absoluta, para aniquilar o di- reito de reunião na capital do



império, converter a polícia do Rio de Janeiro em acessório das fazendas, por a preço, em Cam- pos, a delação venal contra os amigos dos cativos, reescrivizar por um aviso treze mil homens, tentar o aviltamento do exército brasileiro, arremessando-o em matilhas de sangue contra os escravos pacificamente esparsos nas serranias paulistas à busca da liberdade, e sufocar, assim no espírito dos nossos soldados, como no dos nossos marinhei- ros, o impulso, que fazia deles, nesta cidade, a legião militante do abolicionismo” (**op. cit.**, 22/03/1889, p. 150).

E quando o professor Moreira Pinto é excluído da Escola Militar por mencioner os crimes da monarquia francesa – a qual pertencia o príncipe consorte, conde D’Eu – Rui Barbosa, depois de reafirmar o passado sangrento dos antepassados do pretendente francês ao nosso trono, lembra os crimes da dinastia de Bragança, a qual pertencia D. Pedro II, em espe- cial os crimes do pai do atual imperador:

“*Prevenimo-nos*, pois, obser- vando o segredo mais religioso quanto aos atos de dobrez, tira- nia e atrocidade sanguinária de Pedro I.º em conspirar contra a independência proclamada; em cobrir de honras o oficial, que, em 1823, no Pará, fuzilou, a descargas de mosquetaria, 257 brasileiros, encerrados, sem crime, nem processo, no porão do navio *Palhaço*; em dirigir, das janelas do paço, a violência de 12 de novembro contra a constituinte; em esmagar a li- berdade de imprensa; em criar, no *Batalhão do Imperador*, com primazia sobre o exército, uma guarda pretoriana, que se quer hoje reviver sob outra forma; em suspender por dois anos o governo constitucional no Brasil; em expedir, de 1824 a 1829, os célebres quatorze decretos, que romperam as garantias legais, e entregaram a nação às comissões militares, sem lei, nem regimento; em mandar processar, verbal e su- mariamente, sob acusações de pena capital, para os assassinar, depois, judiciariamente, qua- torze patriotas, no movimento de 1824; em mutilar e salgar o corpo de Ratcliff; em se rodear de um gabinete secreto, onde lacaios seus, como o *Chalaça*, eram promovidos a secretários privados; em dignificar com os mais altos títulos de nobreza as suas concubinas graduadas; em absorver para a casa imper- ial uma dotação de mil contos num orçamento de seis mil e oitocentos de renda, com dois mil e seiscentos de *déficit*; em multiplicar medidas, para cujo caráter truculento Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1829, não achava equivalência ‘no mundo’, e desenvolver um sistema de administração, que Holanda Cavalcanti averbrou de ‘infame despotismo’.

“Se as misérias da dinastia francesa no *século dezassex* estão, ainda hoje, protegidas

pelo respeito à presença do seu ilustre descendente [o conde D’Eu], em país estrangeiro, — como não o hão de estar, em seu próprio país, as da dinastia brasileira no *século dezanove*, as de ontem, as de hoje... as de amanhã?

“Silêncio, pois, à história!” (**op. cit.**, 25/03/1889, pp. 186-188, itálicos no original).

A afirmação do caráter da Abolição é a ponte ideológica que aproxima Rui do Exército – e da República:

“Repitamos, pois: **a abolição é uma vitória popular, cujos instrumentos foram o escravo e o exército brasileiro**” (**op. cit.**, 03/04/1889, p. 282, grifo nosso).

A partir dessa constatação é que a posição de Rui torna-se inconciliável com a monarquia. Mas essa inconciliabilidade acompanha o ataque da monar- quia ao Exército, do qual ele se torna, também, um defensor, pois as tropas representam, para ele, o povo e a pátria:

“O contingente militar, que foi atirado a monte para aque- las paragens, entre o material sobre que se têm de levantar os empréstados e serôdios louros daquela repartição, não tem merecido aos servos de el-rei, por cujo instrumento se põe e dispõe da existência das praças briosas do nosso exército à mercê dos caprichos do poder, maior consideração do que se se tratasse de animais inutili- zados pelo trabalho, lazarados e daninhos, que o lavrador, pago do seu desembolso, lança ao abandono, por não saber outro meio de os destruir” (**op. cit.**, 10/04/1889, p. 371).

Este “sincero monarquista” jamais foge a considerar a re- alidade – em especial as ideias que têm origem na luta política: “... A reação republicana contra a monarquia procede, di- reta e beneficamente, da reação monárquica contra as leis.

“Não é verdade que a ideia de república, entre nós, nascesse da imaginação dos moços, ou do despeito dos contrariados. Sua origem está neste vasto re- servatório de cóleras populares, que o desgoverno público enche, há cinquenta anos, solapando as instituições constitucionais pela prática habitual do abuso. A história das duas primeiras gerações da dinastia reinante re- sume-se num conflito contínuo entre a dominação do arbítrio protegido nas alturas do poder e a majestade do direito consa- grado nos códigos escritos” (**op. cit.**, 14/03/1889, p. 65).

E, no famoso artigo **Liberdade, ou República**, em que ele, mais uma vez, se declara monarquista – mas defensor da liberdade de propaganda para os republicanos, atacada pela monarquia:

“Sustentamos que a propa- ganda republicana é legítima, legal, benfazeja, e gloriosa. Sua legitimidade nasce da pureza do seu patriotismo: sua legalidade, da natureza de uma constitui- ção, que se declara a si mesma

reformável, em todas as suas instituições, pela soberania nacional: sua utilidade, da ação reconstituente, que as lutas ardentes pela democracia vêm exercer numa sociedade apod- recida pela inércia: sua glória, da filiação, que a liga, pelo entu- siasmo, aos magníficos modelos contemporâneos desse regime- m peculiarmente americano.

“Se não suporta o contacto destas opiniões, o embate destes movimentos, a monarquia não é digna de existir” (**op. cit.**, 17/03/1889, p. 90).

Rui não é, ao contrário da lenda (em geral, de origem jurídica), um romântico, mas, sempre, um político prático, como mostrou em toda a sua vida, tanto no que se refere à monarquia, quanto no que se refere à república:

“No fundo das causas mais desinteressadas há sempre in- teresses. Sem eles não se rege a terra. Querer fazer do grê- mio republicano um cenáculo de evangelistas sem o mínimo vínculo com as abominações do mundo; impor à república a exigência de se librar em um ideal de transparência absoluta como o éter só atravessado pela irradiação sidérea, seria fazer romance, poesia, ou namoro, se quiserem: mas não política” (**op. cit.**, 21/03/1889, p. 142-143).

Aqui, para tornar mais ex- plicita a concepção histórica de Rui, vale a pena transcrever um trecho de sua polémica com o jornal republicano *Gazeta*:

“Se a república necessita de deturpar a história, para se justificar, a república é uma aspiração desonesta: do mesmo modo como a monarquia, se pre- cissasse de abastardar a história, como se pretende, para resistir à revolução, seria um regime- m perdido. Não há dois modos de escrever a história; há um só, o da verdade, para monarquistas e republicanos, se a consciência é o móvel de uns e outros. A monarquia corrompe-se, e arru- ãa-se, quando não sabe encarar em rosto a lição dos seus erros, buscando nela a reconstituição de suas forças e a reabilitação do seu crédito. E eis aqui por que o *Diário* é um monarquista exigente, ao passo que a *Gazeta* é um mau republicano” (**op. cit.**, 05/04/1889, p. 304).

Na edição do *Diário de No- tícias* do dia seguinte, Rui Barbosa faria uma sintética advertência – ou previsão:

“**Não estamos longe da república, é certo, se a mo- narquia continua a degenerar, em vez de se regenerar**” (**op. cit.**, p. 330, grifo nosso).

Nesse início de abril de 1889, as convicções de Rui Barbosa parecem flutuar em direção à Re- pública, ainda que mantenha, conscientemente, seu credo liberal, portanto, monarquista:

“Há uma impressão geral de que os dias do antigo regime- m estão contados. Pela democra- tização da monarquia, ou pela república, a emancipação do país vai suceder à emancipação dos escravos. Enquanto os ministros



Escravos em uma fazenda de café (1885) (Foto Marc Ferrez)

se embevecem, e contratam; en- quanto os príncipes se distraem, e se vingam: enquanto os parasi- tas roem, e prosperam, o espírito público rapidamente se dispõe à transformação, que nos há de adaptar ao meio americano” (**op. cit.**, 07/04/1889, p. 333).

3

A crise econômica de 1864/1865 – conhecida como “Crise do Souto”, por ter como epicentro financeiro a Casa Souto, o banco do português Antonio José Alves Souto – foi o dobre de finados do escravismo, e, portanto, da monarquia.

Já na época, alguns, como Mauá, perceberam que aque- la era uma crise da economia escravista, que necessitava ser superada ou levaria de roldão as instituições monárquicas.

Realmente, as relações capi- talistas que se desenvolviam no país eram incompatíveis com as relações escravistas, que eram a base econômica do Império. Essa contradição, antagonônica, atinge uma agudização extrema na década de 80 do século XIX:

“Trabalhando no sentido de liquidar com a escravatura, ha- via também aparecido em cena, incipiente mas empreendedor; o capitalismo brasileiro ou, mais propriamente, o capital indus- trial. Compreende-se que este necessitava ter à sua disposição um mercado de trabalho livre.

“Em 1882, através dos Arqui- vos da Exposição da Indústria Nacional, vemos homens de negócios discutir seriamente o abolicionismo. O dr. Luiz Go- ffredo de Escragnolle Taunay diz, por exemplo: ‘As grandes usinas de transformação indus- trial não só fabricam melhor e mais barato, como fomentam o desenvolvimento da pequena lavoura e tornam-se (serviço ina- preciable entre nós) verdadeiros núcleos de trabalho livre. Daí decorre o papel valiosíssimo que são chamados a desempenhar no período melindroso, para o Brasil, da substituição do traba- lho.’” (“Archivos da Exposição da Indústria Nacional”, Tip. Nac., R. J., 1882, pág. 320, cit. por Maurício Vinhas de Queiróz, **Uma Garganta e Alguns Ní- queis**, Aurora, 1947, pp. 21-22).

O movimento republicano (assim como o movimento abo- licionista) tem como base, por- tanto, o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, a partir de 1850, ou seja, a partir do fim do tráfico de escravos.

“Em 1877 vemos crescer significativo movimento de industriais, em prol do prote- cionismo alfandegário. Essa burguesia começa a existir como classe em plano nacional. Começa a ter consciência de si mesma, e faz exigências. Nas ‘Informações sobre o Estado da Indústria Fabril’, publicadas pela seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, se levantam os nossos capitalistas contra as teorias liberais da Escola de Manchester (citam J. B. Say e Adam Smith), rotineiramente maneja- das em nosso meio para justificar a livre entrada dos pro- dutos ingleses. A essas teorias, contrapõem Thiers e o exemplo norte-americano. Os argumen- tos revelam sempre acentuado cunho anti-britânico. Mostram os objetivos da política colonial inglesa no mundo. Patenteiam certa arrogância própria dos movimentos jovens: ... ‘o Brasil não é hoje apenas um país agrí- cola, como geralmente se supõe; ele já conta em seu seio diversas indústrias, diversas fábricas’...
Continua na próxima edição